

revista

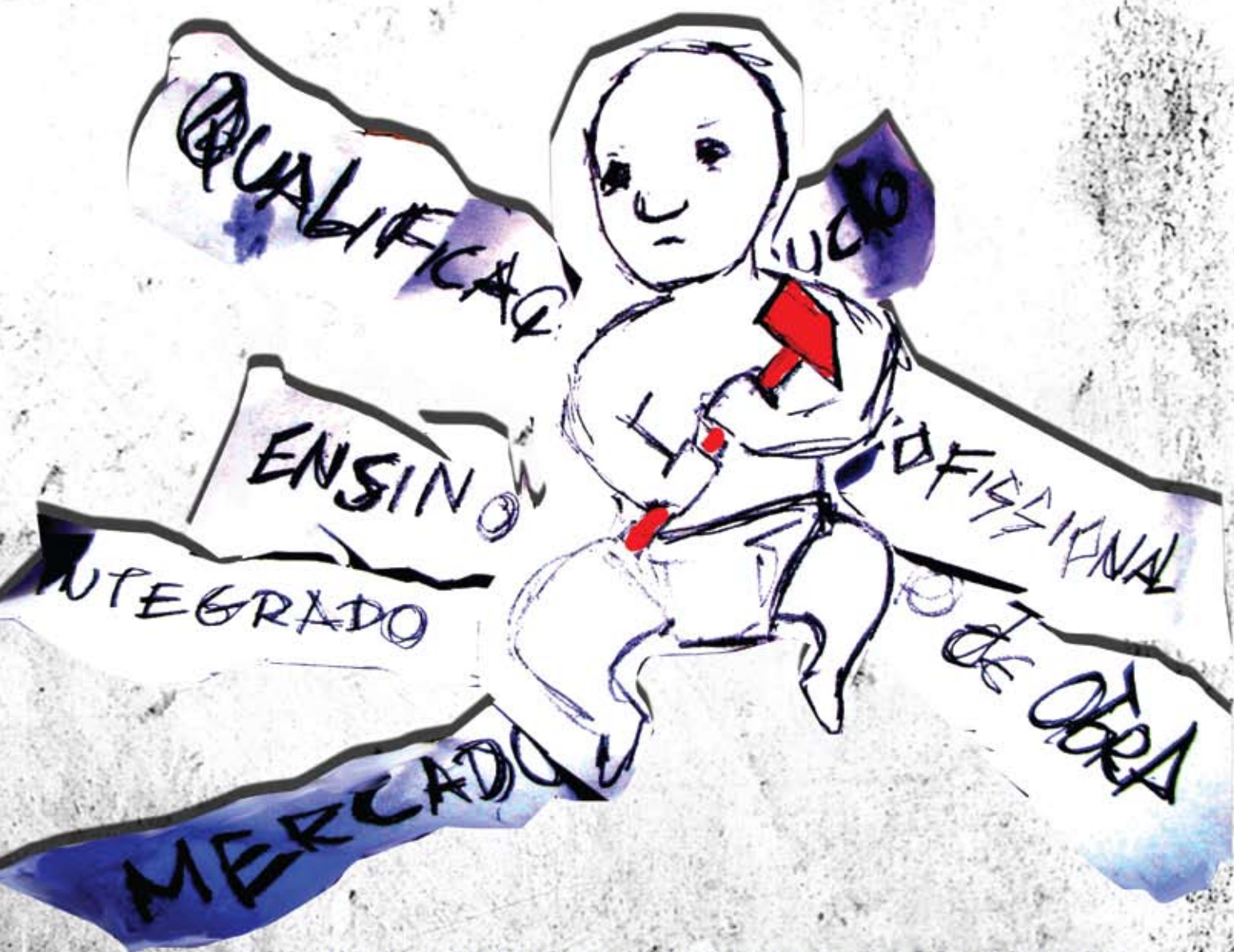
poli

saúde
educação
trabalho

Ano III — Nº. 15 — jan./fev., 2011



Impresso
Especial
9912213586 DR/FJ
Fundação
Oswaldo Cruz
CORREIOS



Integração: como, por que e para quem?

Um balanço da educação profissional e
do ensino médio integrado no Brasil

Conheça o POLI

Direção

55(21)3865-9700

Vice-Direção de Gestão e Desenvolvimento Institucional

55(21)3865-9706

Vice-Direção de Ensino e Informação

55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde

55(21)3865-9745

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde

55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde

55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde

55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde

55(21)3865-9784

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde

55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica

55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9750

Coordenação de Administração

55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional

55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos

55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde

55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde

55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde

55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante

55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde

55(21)3865-9892

Secretaria Escolar

55(21)3865-9865

Serviço de Informática

55(21)3865-9810



Revista Trabalho, Educação e Saúde
55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde
55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.epsjv.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde
55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa
55 (21) 3865-9710

Capa Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil	4
Profissão Técnico em radiologia	12
Almanaque	14
Entrevista Carlos Bernardo Vainer - 'No conceito insurgente, cidadania é o exercício permanente do conflito'	15
Seguridade Social Desafios para a construção de sistemas universais	18
Livros O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história	22
Dicionário Agroecologia	25

A matéria de capa desta edição faz um balanço sobre a educação profissional e o ensino médio integrado no Brasil. Depois de, nas últimas eleições à Presidência da República, esse tema ter aparecido com destaque nas campanhas dos principais candidatos, ficam algumas perguntas: por que a educação profissional volta com força à pauta da política educacional brasileira neste momento? De que educação profissional se falou na campanha eleitoral? Que tipo de perspectiva isso traz para as políticas públicas e reivindicações dos movimentos organizados na área da educação? A reportagem também discute os sentidos da defesa da educação integrada e a trajetória desse tema na história da educação brasileira, problematizando as diferentes concepções de educação profissional técnica de nível médio.

A integração entre ensino médio e educação profissional também está presente na seção 'Profissão', que traz como tema o técnico em radiologia. Hoje, o Conselho Nacional dos Técnicos em Radiologia não reconhece a formação integrada desse trabalhador.

Em dezembro, a Poli esteve na 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, em Brasília, onde centenas de representantes de quase cem países se reuniram para começar a construção de uma agenda política mundial para a implementação de sistemas universais de seguridade. Nesta edição, você vai ler a cobertura do evento.

Na entrevista, segurança pública, crime organizado e o conceito de cidade-empresa são discutidos pelo professor Carlos Bernardo Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Já no 'Dicionário' o verbete é 'agroecologia', que não é sinônimo de agricultura orgânica, como pode parecer. Os entrevistados da Poli explicam que os princípios da agricultura não estão restritos aos cuidados com saúde e meio ambiente, mas compreendem dimensões sociais, culturais e políticas.

Por fim, você vai ler a resenha de 'O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história', de Virgínia Fontes, feita por Mauro Iasi.

Boa leitura!

Ano III - Nº 15 - jan./fev. 2011

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)
Isabel Brasil, Sergio Munck, Maurício Monken, Márcia Valéria Morosini, Marise Ramos, Marco Antônio Santos, Felipe Rangel, José Orbílio Abreu, Francisco Bueno, Etelcia Molinaro, Márcia Lopes, Cristina Araripe, Monica Vieira, Mario Sergio Homem, Cátia Guimarães, Anamaria Corbo, Marcia Teixeira, Telma Frutuoso, Andrea Ramos, Rafael Calazans.

Editora

Cátia Guimarães - MTB: 2265/RJ

Chefe de Reportagem

Raquel Torres

Repórteres e Redatoras

Leila Leal

Raquel Júnia

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Capa

Moyses Gomes

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro
CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Assistente de Comunicação

Talita Rodrigues

Jornalista do Portal EPSJV

Raquel Junia

Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos

Estela Carvalho

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CAMINHO DA QUALIDADE.

Ministério da Educação



Wilson Dias/Abi

Cerimônia de entrega de escolas criadas pela Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil

Um balanço das conquistas e reivindicações

Leila Leal

Nas últimas eleições à Presidência da República, você viu a educação profissional aparecer com destaque nas plataformas e programas dos principais candidatos. De que educação profissional se falou nesse momento, e por que ela apareceu com tanta força no cenário eleitoral? O que isso diz sobre o debate presente hoje na sociedade sobre educação e, mais especificamente, sobre a educação profissional? São essas questões que buscaremos apresentar aqui, nesta reportagem.

Qual o cenário da formação profissional técnica integrada ao ensino médio no Brasil? E quais as perspectivas para a área nos próximos anos? A Revista Poli tenta contribuir para esse debate ouvindo a análise de pesquisadores e representantes do poder público sobre o tema. Os sentidos da defesa da educação integrada e a luta pela sua garantia também estão nesta reportagem, que busca problematizar as concepções de educação profissional técnica de nível médio que se manifestam no debate público do país na atual conjuntura.

Novidade?

‘É preciso investir em educação profissional’; ‘educação profissional é a educação que dá emprego’; ‘o caminho é a educação profissionalizante’; ‘as escolas técnicas qualificam o trabalhador’. Frases como essas se tornaram habituais para quem acompanhou os programas, discussões e debates eleitorais em 2010. Mas a referência à educação profissional nesse período não se resumiu a frases isoladas desse tipo. Com destaque, o tema apareceu durante toda a campanha à Presidência – e chamou a atenção. A própria modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio, que, no debate da área, costumava polarizar opiniões bastante distintas, apareceu como uma possibilidade em programas de diferentes candidatos

- como a presidenta eleita, Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), e o segundo colocado na disputa, José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Mas, afinal, por que o tema apareceu dessa forma no debate eleitoral? Para Cláudio Gomes, professor-pesquisador e coordenador geral do ensino técnico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), a questão combina aspectos econômicos, ideológicos e mais diretamente eleitorais: “Há uma questão pragmática. Nos últimos anos, o governo federal ampliou a Rede de Escolas Técnicas Federais, criando 214 novas escolas. Assim, pautou uma agenda eleitoral e programática para todos os candidatos, porque o tema foi posto em evidência. Há também o fato de que a educação profissional atende a uma expectativa atual do setor produtivo no Brasil”, avalia. E completa: “Há ainda um elemento relacionado ao sentido da educação para a classe trabalhadora. Quando se pensa na população pobre, aparecem como problemas as baixas escolaridade e renda daqueles indivíduos. A educação surge como algo que precisa ser feito. Como soluções a esse segmento, aparece a necessidade de ensino fundamental de qualidade e de um ensino médio também de qualidade. E qual é o ensino médio que pode oferecer a essa população um ‘futuro promissor’? O ‘ensino médio profissionalizante’, conforme o termo que aparece constantemente”. Mas Cláudio pondera sobre o conteúdo político e ideológico dessa perspectiva: “A cidadania que se concebe nesse contexto, assim como a educação que é proposta, aparece para recompor o exército de trabalhadores subalternizados no processo produtivo contemporâneo. É como dizer que essa população precisa se inserir da forma que ‘lhe cabe’ na atual divisão técnica e social do trabalho. Não quero dizer que o ensino não

deve atender às demandas produtivas. Temos que pensar que esse jovem, filho da classe trabalhadora, precisa trabalhar. A questão é que só se pensa nisso, que é tomado como fim último”, diz. O professor lembra, ainda, que o debate sobre educação e, em específico, educação profissional, não é novo no país e nas agendas eleitorais.

Virgínia Fontes, historiadora e professora-pesquisadora da EPSJV e da Universidade Federal Fluminense (UFF), concorda: “Na história brasileira, o capital se preocupa em forjar mão-de-obra adequada, adaptada e dócil às suas necessidades pelo menos desde a década de 1940. Então, a presença desse debate na pauta não é um elemento novo”. Mas Virgínia destaca que as necessidades do capitalismo no atual período, assim como as demandas do modelo de desenvolvimento brasileiro, delimitam especificidades na atual conjuntura. “Há modificações dos anos 1940 para cá. Em primeiro lugar, estão a extensão da formação técnica e a generalização dessa exigência. E há um segundo ponto importante, específico do atual período: vivemos hoje uma certa escassez de mão-de-obra que tenha uma formação técnica minimamente consistente. Isso não vinha acontecendo nos últimos 15 ou 20 anos”.

Ela explica: “Houve uma certa redução do desemprego no Brasil, e há recursos para financiar obras e certos setores do capital que, por seu turno, passam a precisar de mão-de-obra mais qualificada. O ensino privado não consegue responder a essa necessidade, e isso coloca a demanda para o setor público”. Virgínia conta que isso acontece por causa das contradições entre a ‘mercadoria educação’ e a ‘educação como mercadoria’. Segundo ela, um estudo elaborado por José Rodrigues (doutor em educação e professor-pesquisador da UFF) mostra que aqueles que precisam comprar e vender a ‘mercadoria educação’ querem fazê-lo da forma mais barata e aligeirada possível. “Mas isso gera uma educação sem a qualidade necessária para aqueles que precisam contratar a educação como mercadoria – os que precisam disso como insumo para seu processo produtivo e não encontram essa qualificação nos trabalhadores formados pelo setor privado”, conclui.

Dados do Ministério da Fazenda divulgados em 2010 apontam: o crescimento médio da economia entre 1998 e 2002 foi de 1,7% e, entre 2003 e 2009, de 3,6%. Para Marise Ramos, professora-pesquisadora



da EPSJV e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nos últimos quatro anos consolidaram-se os arranjos econômicos que impõem novas demandas para a educação. Segundo ela, a partir de 2006 iniciou-se um processo de mudanças na política econômica, que passou a priorizar ações concretas de incentivo e investimento no capital produtivo. “Antes disso, havia uma hegemonia do capital financeiro e um processo de desindustrialização. Com os investimentos produtivos e o crescimento de setores como o de petróleo, por exemplo, o Estado passou a intervir mais diretamente na economia – o que foi aprofundado diante da crise econômica de 2008. O Estado precisou voltar a agir na economia e no plano social, e isso incluiu a educação. Essa soma de fatores é muito semelhante com o que aconteceu nos anos 1960 e 1970, com o desenvolvimentismo associado a uma participação do Estado. O resultado, no campo da educação profissional, foi a valorização da educação profissional pública, que teve uma de suas expressões principais na política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional”, avalia.

Ela pondera, no entanto, que o eixo norteador da valorização da educação profissional nesse período não é político-pedagógico, e sim econômico: “A lógica com a qual se constrói essa expansão parte das necessidades do projeto desenvolvimentista”, analisa. E o que se ganha e se perde nesse processo? O fato de a educação profissional ser uma demanda mais concreta do atual modelo de desenvolvimento compromete necessariamente o sentido com que é implementada? Ou o fato de estar mais presente na pauta da política educacional do país pode abrir possibilidades para conquistas em relação ao sentido e ao projeto que sustenta? Uma análise da trajetória da educação profissional no Brasil, que leve em consideração sua relação com os

modelos de desenvolvimento adotados em outros períodos da história – inclusive aqueles que também a demandaram de forma mais explícita –, pode ajudar a responder essas questões.

Trajетória da educação profissional brasileira

Segundo Marise Ramos, além de nunca ter saído da pauta da política educacional brasileira, a educação profissional também nunca perdeu duas de suas marcas originais: a característica economicista, que a vincula muito fortemente à dinâmica do mercado de trabalho e a aponta como meio de preparar as pessoas para esse mercado, e a característica da dualidade, que a situa como a educação destinada à classe trabalhadora e aos filhos da classe trabalhadora. “O que se modifica ao longo da história da educação profissional é como esses aspectos vão se transformando à luz do modelo de acumulação do capital e a forma como eles se configuram nos países de capitalismo dependente, como o Brasil”, avalia.

A professora aponta três fases fundamentais nessa trajetória, que, segundo ela, podem explicar por que a educação profissional sempre esteve presente no discurso e na prática da educação – pautada pelas forças conservadoras ou progressistas da sociedade. “A primeira fase se inicia na década de 1940. As marcas fundamentais da educação profissional eram muito claras, por causa do auge do processo de industrialização no Brasil combinado a uma ideologia desenvolvimentista, que acreditava que o Brasil poderia alcançar patamares de desenvolvimento econômico iguais aos dos países avançados”, conta. Marise explica que esse processo gerou a necessidade de trabalhadores com algum nível de formação e, nesse contexto, a formação técnica de nível médio foi considerada estratégica por causa das características da produção naquele momento. “Havia um operariado com profissionais de nível superior, mas se precisava de um setor de nível médio para fazer a supervisão, manutenção e a mediação hierárquica da produção. Por isso, esse foi um momento auge da educação profissional e especialmente das escolas técnicas federais”, diz, lembrando que a ideologia desenvolvimentista sustentou a chamada ‘teoria do capital humano’, que considerava o investimento em educação por parte do Estado como fonte de desenvolvimento.

A análise de Marise situa nessa mesma fase o período da ditadura civil-militar, durante o qual, em 1971, foi aprovada a Lei 5.692, que tornava compulsória a profissionalização no ensino médio. “Nessa fase, há uma presença forte do Estado, associada ao capital monopolista. A educação profissional técnica é integrada ao nível de ensino hoje correspondente ao nível médio, que na época era o segundo grau. Ela era sustentada por uma ideologia de possibilidade de garantia do emprego através da educação profissional, financiada pelo Estado e voltada para a classe trabalhadora com forte marca dual: ainda existia o ensino propedêutico [a educação geral, como a formação em artes e ciência, não diretamente instrumentalizada para as demandas do mercado] para outras classes, mas a educação profissional era vista como o caminho para aqueles que não iam para o nível superior terem condições de trabalhar, terem renda, constituírem famílias e garantirem sua inserção na vida produtiva”.

No livro ‘O Ensino Médio Integrado no Contexto da Mundialização do Capital’, Bruno Neves destaca que a Lei 5.692/71 apontava a predominância do ensino específico sobre o geral. Dessa forma, os estudantes do ensino técnico eram prejudicados em sua formação ampla, o que gerou insatisfação na sociedade. “A Lei 7.044, de 1982, extinguiu a profissionalização obrigatória, perseverando a equivalência entre o ensino médio propedêutico e o ensino técnico. Houve uma valorização das escolas

técnicas federais, que formavam trabalhadores com mais qualificação”, diz o livro.

Esse é o momento que encerra a primeira fase da educação profissional no Brasil, segundo Marise. A crise de superinflação nos anos 1980, que fez com que esse período ficasse conhecido como ‘a década perdida’, estagnou a economia e atingiu as bases que sustentavam a expansão da educação profissional. “Ainda assim houve um plano de expansão das escolas técnicas, embalado pelo período anterior. Mas o modelo que o sustentava ruiu. A década de 1980 foi marcada pelo processo de mudança do modelo de acumulação para uma lógica centrada no capital financeiro. Iniciou-se o período de enfraquecimento da industrialização, e a ideologia desenvolvimentista foi substituída pela ideologia da globalização e do alinhamento do Brasil ao capitalismo internacional”, explica.

Nesse período, o princípio neoliberal de que o Estado estaria em uma profunda crise fiscal e precisava cortar gastos ganha força. Há, também, uma diminuição dos postos de trabalho, diante da retração dos empregos que até então eram gerados pelo Estado e do investimento em tecnologia, que elimina muitas funções do sistema produtivo. “Tudo isso indicava que a educação profissional técnica de nível médio não seria uma necessidade. Não havia mais a relação educação-emprego. Surge, então, a pergunta: ‘por que educação profissional técnica de nível médio?’. Aparece aí a ideia de formar para a empregabilidade, o que significa que o indivíduo deve se qualificar para tornar-se empregável. Mas isso é uma responsabilidade individual. Então por que deveria ser pública, se o princípio era o de que o Estado está com seu fundo público ruído? Ainda assim, a educação profissional tem que existir em alguma medida para aquilo que for necessário para as empresas, diante da reestruturação produtiva. É, portanto, para a

requalificação, a reprofissionalização”, conta Marise.

Ela explica ainda que, como para esse tipo de demanda (formar trabalhadores de maneira rápida para atender suas necessidades imediatas), a iniciativa privada estaria mais ‘apta’, o Estado assume uma função de subsidiar os planos de educação profissional, o que se aprofunda nos anos 1990. “A desvinculação da educação profissional do ensino médio aparece, também, baseada na ideologia de que o gasto com a educação integrada seria desnecessário, já que aqueles que tinham condições de cursar o ensino médio depois iriam para o nível superior. Além disso, a desvinculação era uma necessidade para poder privatizar a educação profissional, abri-la à iniciativa privada, já que o ensino médio, mesmo sendo livre à iniciativa privada, era definido como de responsabilidade do Estado”.

Marise avalia que, nessa segunda fase da educação profissional brasileira, a resistência dos movimentos sociais foi importante para garantir a perspectiva da integração. “Diante do Decreto 2.208, de 1997, que determinava a separação entre ensino médio e educação profissional, conseguimos garantir o mínimo: a possibilidade de matrículas concomitantes em educação profissional e ensino médio”. Ela ainda destaca que, nesse período, os **intelectuais orgânicos** da classe trabalhadora mantiveram a defesa da educação profissional integrada ao ensino médio como uma necessidade social – de garantir educação de qualidade para os filhos da classe trabalhadora – e como a materialização de um

O conceito de intelectuais orgânicos foi criado pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci para designar aqueles que atuam para criar, junto à sociedade, a consciência correspondente aos interesses das classes que representam.

princípio educativo e ético-político. “Esse princípio é o de que a educação tem que estar orientada pelo princípio do trabalho, porque é ele que possibilita à classe trabalhadora a compreensão científica, tecnológica, sócio-histórica-cultural da produção, e é isso que instrumentaliza o trabalhador para produzir a existência a partir de seu próprio trabalho, reconhecer sua condição de ser alienado, se organizar e buscar transformações. A integração é defendida como uma lógica de organizar o conhecimento

O conceito marxista de alienação define o processo pelo qual o trabalhador é separado do fruto do seu próprio trabalho, não desfrutando da totalidade do que é produzindo pela humanidade e não se reconhecendo como produtor da sua própria realidade. Isso se materializa quando o trabalhador, privado do acesso aos meios de produção da riqueza, precisa vender a sua força de trabalho.

para a formação humana e profissional”, opina.

A terceira fase da educação profissional no Brasil, segundo a pesquisadora, é a mais recente. Ela é marcada, num primeiro momento, pela volta do discurso economicista e por um viés compensatório, que caracteriza a educação profissional como aquela oferecida aos que não conseguiriam acessar o ensino superior. “Nesse período, buscou-se reverter o processo de privatização intenso dos anos 1990, mas não se avançou muito. O Decreto 2.208/97 foi revogado, mas não tivemos muitas conquistas. Foram implementadas políticas como o Programa Escolas de Fábrica [lançado em 2004 e baseado em parcerias do Estado com a iniciativa privada para a formação profissional de jovens de 16 a 24 anos], que eram muito pontuais”, avalia Marise. A transformação

desse processo veio a partir das mudanças na política econômica descritas no início desta reportagem, marcadas pela retomada de investimento no setor produtivo. Os trabalhadores de nível médio voltaram a ser mais claramente necessários ao modelo de desenvolvimento que se desenhava, e a partir daí iniciou-se um processo de mudanças orientado para a valorização da educação profissional.

Lembra que dissemos ser necessário conhecer a história da educação profissional no Brasil para se avaliar com mais propriedade as políticas públicas que se desenvolveram nesse período? Pois é, como você viu, a educação profissional sempre foi diretamente influenciada pelas características e necessidades impostas pelos modelos de desenvolvimento adotados em nosso país. No período recente, identificado por Marise Ramos como a terceira fase da educação profissional no país, não foi diferente. Mas, afinal: as demandas geradas pelo crescimento econômico, que determinaram a expansão da educação profissional, apontam em que direção?

Políticas públicas

“O que há de bom e de ruim nisso tudo? Retomar a expansão da educação profissional, reconquistar a possibilidade de integração ao ensino médio... São conquistas? Mas e o fato de estarem associadas à lógica economicista? É um retrocesso?”. As perguntas são de Marise Ramos, que sugere um caminho para a reflexão: “Precisamos pensar pela via da contradição. A década de 1990 foi marcada por uma privatização intensa de tudo o que foi construído até os anos 1970. Ainda que tenha se constituído como política compensatória, marcada pela dualidade de classe e educacional, isso constituiu nos anos 1950 aos 1970 uma estratégia de acesso da classe trabalhadora a uma educação pública com alguma qualidade. Portanto, a retomada



Mapa da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

disso é positiva, se tivermos em comparação o que aconteceu antes. Ela não é positiva se mantida sob a lógica economicista, porque é mais uma ideologia e reforça uma lógica dual de educação profissional para o mercado de trabalho. Nesse contexto, há contradições que são acirradas em benefício da classe trabalhadora. Precisamos nos apropriar disso e defender a educação profissional no sentido de torná-la pública, de qualidade, relacionando trabalho, ciência e cultura”

Luiz Caldas, diretor de formulação de políticas da educação profissional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), avalia que a revogação do Decreto 2.208/97 tenha sido uma grande conquista. “Recuperar a possibilidade de ensino médio integrado – por meio da instituição do Decreto 5.154, de 2004 – é garantir algo que tem um forte simbolismo quando se pensa na formação integral do trabalhador. Além das razões do ponto de natureza conceitual, ideológica, de pensar o trabalhador nas suas múltiplas dimensões, o ensino médio inte-

grado também tem importância quando olhamos os indicadores da educação brasileira. Grande parte da população tem no ensino médio integrado não uma possibilidade, mas sim a única alternativa para uma parcela da população que, em função da necessidade de antecipar a sua inserção do mercado de trabalho, o faça a partir da formação profissional de nível técnico”, diz.

Cláudio Gomes concorda que o conteúdo do Decreto 5.154 seja um avanço. Mas pondera sobre os limites do exercício de políticas públicas através de decretos, atos normativos que só podem ser praticados pelos chefes dos poderes executivos (presidente, governadores e prefeitos): “Sem dúvida o Decreto 5.154 é um avanço. Mas por decreto não se pode instituir as transformações mais profundas de que necessita a educação profissional técnica de nível médio. O 5.154 tem a virtude de afastar a cisão entre educação básica e educação profissional, e garantir, nos termos possíveis, dando amparo legal, que as instituições apresentem propostas e ofereçam educação profissional técnica de nível

médio na modalidade integrada. Mas precisamos ir além, e garantir mudanças mais substanciais, como, por exemplo, atender às reivindicações de aumento de financiamento público à educação, que deve ficar entre 7% e 10% do Produto Interno Bruto do país”.

Além do projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que criou 214 novas escolas, o representante da Setec destaca como políticas públicas importantes do período recente a implantação da Rede Certific – um programa de certificação de saberes não-formais para trabalhadores de áreas como música, construção civil, turismo e hospitalidade, eletroeletrônica ou pesca —, o Programa Brasil Profissionalizado – que repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas de ensino médio integradas à educação profissional —, e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o Proeja. Luiz Caldas defende que, nesse processo de expansão da oferta, a educação profissional aponte a perspectiva de formação integral de forma associada aos arranjos produtivos e necessidades econômicas das regiões nas quais as novas escolas estão sendo criadas: “Temos que garantir a formação que não seja aligeirada, que aponte na direção da formação integral. A Expansão da Rede Federal teve duas etapas: primeiro, buscamos observar a periferia dos grandes centros urbanos, os locais onde a oportunidade de formação para o trabalho representa uma política emancipatória. Nessa etapa, criamos 64 novas unidades da Rede. Depois, com a criação de mais 150 unidades, o que era um princípio (a defesa de que as escolas públicas tenham uma sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais) se transformou em item fundamental para escolha das novas unidades. A perspectiva é a de que as instituições possam se colocar nesse espaço do arranjo

produtivo local na perspectiva de contribuir para que as escolas realmente potencializem a geração de trabalho e renda a partir dos arranjos locais”, conta.

Ele destaca ainda o avanço em relação às instituições que compõem o chamado ‘Sistema S’, criadas nos anos 1940 e historicamente associadas à perspectiva de educação profissional característica da primeira fase descrita por Marise Ramos. As verbas dessas instituições vêm da contribuição compulsória das empresas e do comércio. O dinheiro é recolhido na mesma guia do INSS e vai para a Previdência, mas, diferentemente dos tributos públicos, volta para as Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria - no caso do Senac, Sesi, Senai e Sesc. O recurso é considerado público porque as empresas tratam essa contribuição com mais uma carga tributária e, por isso, embutem essa despesa no preço do produto. Ele lembra que o governo federal assinou, em 2008, acordos para garantir o aumento progressivo de vagas gratuitas nos cursos de educação profissional oferecidos pelo Senai, Sesi, Senac e Sesc. A intenção é que em 2014, Senac e Senai estejam destinando 66,6% da receita compulsória líquida para vagas gratuitas. Já no Sesi e Sesc, este percentual deve ser de 16,67%.

Luiz Caldas avalia que essas instituições são importantes como política voltada para formação para o trabalho, técnica e tecnológica, mesmo que mais claramente pautadas por demandas econômicas: “É evidente que o recorte e a própria natureza das instituições implicam uma política dirigida aos setores da economia. Mas são extremamente importantes, pela qualidade do trabalho que fazem, das possibilidades que colocam no sentido de elevar a qualidade e qualificação do trabalhador brasileiro. O MEC assinou um acordo e convidou o Sistema S a recuperar algo que é essencial em sua história: a ampliação da oferta de vagas gratuitas a um segmento da população que precisa. Esse acordo está vigente, e a expectativa é que o Sistema S amplie ainda mais a oferta gratuita de educação e formação para o trabalho”, avalia.

Integração: forma ou princípio?

Mas por que a defesa da integração assume tanta importância no campo da educação profissional? Talvez você esteja se perguntando, a essa altura, qual é o motivo de essa ‘bandeira’ ser tão frisada por aqueles que atuam nessa área - a ponto de a revogação do decreto que proíbe a integração ser apontada como um dos princípios avanços dos últimos anos. Para entender essa questão, é preciso explicar o que se entende por integração. Cláudio Gomes faz questão de apontar a necessidade de aprofundamento desse debate: “Precisamos avançar para um entendimento mais substancial do que é a educação integrada. Ela não é uma forma de oferecer a educação. Hoje, de acordo com o Decreto 5.154/04, a educação profissional pode ser oferecida nas modalidades integrada (uma só matrícula para educação profissional técnica e o ensino médio), concomitante (duas matrículas, que podem ser na mesma instituição de ensino ou em instituições diferentes) ou subsequente ao ensino médio. Mas quando se fala em integração curricular não se trata exclusivamente da modalidade integrada. É do princípio da integração de que se está falando”, diz. Ele explica: “O princípio da integração tem que ser observado em qualquer modalidade. Quem defende integração não o faz por ser uma modalidade que deva ser priorizada em relação às outras. Defende-se a integração pelo princípio, e reconhecem-se demandas e pertinências sociais das outras modalidades”. Segundo ele, o princípio da educação integrada é o trabalho – que, como tal, deve organizar a educação profissional e o ensino médio.

Quer dizer, então, que o ensino médio é necessariamente profissional? Segundo Cláudio, não. “O que aponto é o seguinte: se o trabalho é princípio educativo, não tem sentido dizer que é princípio para uns e

não para outros. O que justifica o trabalho como princípio educativo é a **leitura universal do homem**, então não faz sentido que fique restrito a uma modalidade de ensino. Não quer dizer que o ensino médio ou fundamental devam ser necessariamente profissionalizantes. Mas sim afirmar o trabalho como princípio organizador da concepção de educação em todas os níveis”, desenvolve.

Objetivamente, isso significa pensar o conhecimento à luz dos processos produtivos modernos e contemporâneos, tornado o conhecimento em algo apropriado por aquele que aprende. “Por uma circunstância social e histórica brasileira, entendemos que essa concepção atingiria fundamentalmente a classe trabalhadora se inserindo na educação profissional, que é tradicionalmente a educação da classe trabalhadora no Brasil. A integração não é uma questão didático-curricular, é antes de tudo uma questão epistemológica, assim como a politécnica. Defendemos a escola unitária, a formação integral, e parte disso é mostrar a justificativa histórica e social dos saberes, a sua fundamentação histórica e social”, aprofunda Cláudio.

Diretrizes curriculares debatem concepção de educação profissional

O debate sobre a concepção de integração na educação profissional aparece de forma enfática também na discussão sobre a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No ano passado, um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes do Ministério da Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, gestores e entidades da sociedade civil apresentou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma proposta alternativa à formulada pelo próprio CNE para a atualização das diretrizes.

Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e relator da proposta original do Conselho, aponta que a principal demanda para a atualização das diretrizes da educação profissional técnica de nível médio são as mudanças introduzidas pelo Decreto 5154 e posteriormente regulamentadas pela Lei 11.741/08. “Agora, temos na lei uma seção sobre a educação profissional técnica de nível médio. Quando se trata de educação básica, temos a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, e a educação profissional técnica de nível médio. A educação técnica de nível médio trabalha a educação profissional sempre desenvolvida de maneira articulada com o ensino médio. Paralelamente a isso também há um capítulo específico sobre a educação profissional e tecnológica, trabalhando as três modalidades de educação profissional: a formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, a educação profissional técnica de nível médio, e a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Isso precisa se refletir nas novas diretrizes”, diz, lembrando que essa perspectiva está provocando que o debate da atualização das diretrizes para a educação profissional técnica de nível médio aconteça de maneira articulada com a atualização das diretrizes para o ensino médio.

Para Cláudio Gomes, que participou do GT responsável pela proposta alternativa de diretrizes representando a EPSJV, existe uma diferença fundamental entre as duas propostas que se expressa de várias formas ao longo dos documentos. “A proposta elaborada inicialmente pelo CNE continua trabalhando fortemente com as referências da pedagogia das competências como princípio de organização curricular. Parte do princípio de uma aproximação formal entre educação básica e profissional, trabalhando com o sentido da empregabilidade, de que a tônica da educação profissional devem ser as demandas do mercado. A atualização das diretrizes nesses termos é um retrocesso”, avalia. Ele destaca que a intenção da

A noção universal da humanidade se baseia no entendimento de que aquilo que a caracteriza é o trabalho, entendido como a transformação da natureza pelo homem.

proposta redigida pelo Grupo de Trabalho foi partir de outro princípio: fazer a crítica à noção de competências e à educação profissional sob a lógica da formação aligeirada e do caráter instrumental da formação. “A intenção foi propor o entendimento crítico do que é educação integrada, que não é uma forma, e sim um princípio”.

Já Francisco Cordão avalia que a integração é garantida pelo vínculo formal, e por isso só ocorre na modalidade integrada. Ele avalia também que, para as outras modalidades, as diretrizes devem trabalhar com a articulação: “A palavra usada, inclusive na LDB, é articulação. A efetiva integração ocorre quando o currículo é integrado. Se não há currículo integrado, é preciso aumentar ao máximo o nível de articulação, mas ainda assim serão cursos [de educação básica e profissional] distintos, em instituições e escolas distintas ou não. Mas não existe conhecimento técnico prescindido de conhecimento tecnológico e dos valores da cultura do trabalho. Por isso, o perfil profissional de conclusão que defendemos, quando elenca competências, está pensando em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, emoções: tudo de maneira integrada”, defende.

Cláudio Gomes discorda dessa perspectiva. Segundo ele, o documento do CNE, ao basear-se na formação por competências, parte de um princípio instrumental incompatível com a formação integrada. “A noção de competências assume a instrumentalização como princípio máximo de toda

Ensino médio integrado para quem?

Embora seja uma ‘bandeira’ da esquerda na educação, o ensino médio integrado à educação profissional nem sempre é defendido a partir de uma perspectiva da educação integral. Ialê Falleiros, professora-pesquisadora da EPSJV que estuda as formas assumidas pela ‘pedagogia da hegemonia’ – a educação voltada para a produção do consenso de dominação na sociedade –, explica que as empresas vêm se apropriando da noção de integração para implementar a educação que lhes convém: “O que se chama de integração é, na verdade, uma proposta de simultaneidade curricular. A visão de currículo integrado não aponta a integração apenas na forma, mas também no conteúdo. Mas isso não acontece nesse tipo de proposta, que se pauta pela pedagogia das competências e está muito permeada pelas forças empresariais, pela ideia de empregabilidade e de reprodução e valorização do capital”, analisa.

Um exemplo desse processo começa a se materializar no Rio de Janeiro. A partir deste ano, uma nova escola da rede estadual de ensino funcionará na zona oeste da capital oferecendo o ensino médio integrado à educação profissional. O que, até aí, poderia ser considerado uma conquista, assume contornos mais claros quando se conhece a origem do projeto: “O Colégio Estadual Erich Walter Heine é uma parceria da Seeduc [Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro] com a Thyssenkrupp CSA, empresa de iniciativa privada da área de siderurgia, e que oferece o curso de Técnico em Administração, em horário ampliado, com duração de três anos”, diz o documento da Seeduc que convoca professores da rede estadual do Rio de Janeiro a trabalhar na nova unidade.

Pela ‘parceria’, a Seeduc cadastrará e fornecerá os professores da rede, que atuarão nas disciplinas da base nacional comum e também nas disciplinas técnicas. O portal da Seeduc, ao divulgar as vagas para professores em educação profissional, define: “Trabalhar os conteúdos da Educação Básica e preparar os alunos para o mercado de trabalho. Esta é a proposta do Ensino Médio Integrado. A Secretaria de Estado de Educação está com inscrições abertas para o processo seletivo de escolas que oferecem esta modalidade de ensino”, esclarecendo de que concepção de educação profissional se trata.

A ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), que entrou em funcionamento em 2010, é um consórcio entre a transnacional ThyssenKrupp, de origem alemã, e a Vale, multinacional de origem brasileira. Segundo Virgínia Fontes, a parceria entre a Seeduc e a siderúrgica é mais um exemplo de uma nova forma de privatização: “É um processo de privatização do setor público que acontece de maneira discreta. As escolas seguem sendo públicas, só que o setor privado as administra inteiramente e ele próprio as implanta. As escolas são construídas com o dinheiro público, a contratação é paga pelo dinheiro público, porém a empresa define o currículo, o perfil dos professores e, assim, o tipo de formação que será dado para os alunos. É como se a política e as formas de organização do Estado estivessem capturadas para dentro da empresa privada, que define a política com nossos recursos e através do Estado”, avalia. E conclui: “A nossa perspectiva do ensino integrado é inteiramente oposta: voltada amplamente para a questão das humanidades, para a cultura, a arte, o pensamento crítico e a implantação do ser no mundo, não busca a adequação e conformação desse ser no mundo como ele é. Essa é diferença entre o horizonte emancipador e a escola que se constrói para forjar trabalhadores dóceis”, finaliza.



experiência vital. Os conhecimentos são esvaziados, e colocados no âmbito da experiência e da sensibilidade individual. A pedagogia das competências diz que é preciso moldar com maior precisão e capacidade de domesticação possível o comportamento do trabalhador, dos jovens de um modo de geral. Quando se fala em ‘valores da cultura do trabalho’ não é do trabalho que se fala, e sim das necessidades do capital. As competências são usadas para garantir desempenho eficiente e eficaz para atividades do trabalho”.

Francisco Cordão lembra, ainda, que o objetivo do documento formulado pelo CNE era pautar o debate, e que todas as contribuições recebidas estão sendo avaliadas. “Chegaremos a um novo documento incorporando as sugestões encaminhadas. E faremos uma audiência pública para discuti-lo. Esse é o sistema de trabalho do CNE”, destaca. Para Luiz Caldas, o documento apresentado pelo CNE foi importante para iniciar o debate: “Do meu ponto de vista, a partir desse documento inicial a mobilização dos educadores públicos construiu uma proposta muito melhor, que coloca a educação profissional na perspectiva da educação para a sociedade, que pensa a formação humana e o trabalhador numa perspectiva integral”, defende. ●



Técnico em radiologia

Cresce a oferta de cursos no Brasil, principalmente pelo setor privado, mas formação tem muitas deficiências

Raquel Torres

Tubo de vácuo com eletrodos positivos e negativos encapsulados.

A descoberta dos raios-X se deu meio por acaso e causou um grande rebuliço. Era o ano de 1895 e, na Alemanha, enquanto o físico Wilhelm Roentgen trabalhava com um tubo catódico, percebeu o brilho fluorescente que ele projetava em uma mesa próxima. Fazendo experimentos, Roentgen acabou por perceber que a radiação emitida pelo tubo era capaz de atravessar várias substâncias e projetar sombras em outros objetos. Daí para a utilização dos novos raios na medicina foi um pulo: o físico viu que a radiação atravessava os tecidos do corpo humano, mas não os ossos.

Imagine a revolução que deve ter sido descobrir que era possível ver 'dentro' do corpo das pessoas! A descoberta se espalhou muito rapidamente e no ano seguinte já foi feita a primeira radiografia no Brasil. De lá para cá, muita coisa mudou: as técnicas radiológicas se desenvolveram e os equipamentos também; foram descobertos outros tipos de radiação que podem ser úteis à medicina; a radiação passou a ser usada também na indústria; e, na saúde, ela hoje não é usada apenas para diagnósticos, mas ainda em tratamentos de doenças, como na radioterapia.

O profissional

Além disso, a vida e o perfil de quem trabalha com a radiação também se alteraram. No início, os equipamentos eram operados principalmente por físicos ou médicos – aliás, os primeiros equipamentos funcionavam em institutos de física e depois em hospitais. E não se sabia dos perigos que envolviam o contato com os 'novos' raios, o que levou muitos dos então chamados 'operadores de raios X' a sofrerem lesões ou ficarem doentes devido aos longos períodos de exposição.

Hoje, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, produzido pelo Ministério da Educação, diz que entre as funções do técnico em radiologia estão a realização de exames radiográficos; o processamento de filmes radiológicos; o preparo de soluções químicas; e a preparação do paciente para a realização de mamografias, tomografias computadorizadas, ressonâncias magnéticas e ultrassonografias, entre outros exames. O trabalho desse profissional é acompanhado por duas pessoas: um supervisor técnico, também de nível médio, que deve estar presente nos horários de 'pico', e um outro supervisor, de nível superior – em geral físicos, biólogos, biomédicos ou médicos. É esse supervisor que deve controlar, por exemplo, o grau de exposição a que os técnicos se submetem.

A formação, que deve ser de no mínimo 1.200 horas, engloba disciplinas como biossegurança, física das radiações, anatomia e técnicas de radiologia convencional. Até chegarmos a essa configuração, foi um longo caminho. Embora o primeiro curso voltado para esses trabalhadores no Brasil tenha surgido já em 1952, até 1957 ainda não havia requisitos de formação para que se exercesse a função: José Luiz Filho, que é técnico em radiologia há quase 40 anos, explica, em sua dissertação de mestrado em educação profissional, que apenas nesse ano o decreto nº 41.907, que regulamentava o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, estabeleceu que os operadores de raios-X deveriam ser registrados e, para isso, precisariam fazer uma avaliação escrita e prático-oral.

De acordo com José Luiz, as primeiras escolas brasileiras que formavam operadores exigiam que seus alunos tivessem completado o que hoje equivaleria ao quinto ano do ensino fundamental, e apenas nos anos 1960 se passou a exigir que os operadores de raios-X tivessem o ensino fundamental completo.

Integração com o ensino médio: ainda uma impossibilidade

Nessa época, o nome de 'técnico' já era usado. Mas, segundo Valdelice Teodoro, presidente do Conselho Nacional dos Técnicos em Radiologia

(Conter), a denominação só passou a valer mesmo em 1985, com a regulamentação da profissão. Também foi aí que se estabeleceu algo muito polêmico: que, para se matricular em um curso técnico em radiologia, é preciso comprovar a conclusão do ensino médio. A decisão, reforçada pelos pareceres CNE/CEB nº 9 e nº 15/2001, impede que haja cursos técnicos nessa área integrados ao ensino médio.

Segundo Valdelice, uma das razões para isso é a determinação, pela Organização Internacional do Trabalho, de que pessoas que trabalhem com radiação precisem ter mais de 18 anos de idade, devido à periculosidade da função. A exigência do ensino médio resolve o problema da idade, mas exclui dos cursos pessoas com mais de 18 anos que estejam cursando essa etapa do ensino, como os alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Não seria mais apropriado então adotar apenas o critério da idade, permitindo a realização de cursos técnicos concomitantes ou integrados à educação básica?

Para a conselheira, não. “Não se trata apenas da idade: quem já concluiu o ensino médio tem condições de assimilar melhor as disciplinas do curso técnico. Fazendo as duas formações ao mesmo tempo, o aluno terá dificuldade em muitas áreas, especialmente em física, que é muito ‘puxada’ no curso”, explica. O físico Sérgio Ricardo de Oliveira discorda. Ele é coordenador do curso de Especialização Técnica em Proteção Radiológica para Ambientes de Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), e diz que essa não é uma boa justificativa. “Não faz sentido. Há alunos de cursos técnicos em eletrônica, por exemplo, que estudam, ao mesmo tempo, a parte da física do ensino médio associada a essa área. Da mesma forma, o pessoal de enfermagem começa a estudar sem ter terminado de ver toda a parte de biologia”, afirma.

Sérgio coordena um projeto para desenvolver um curso técnico em radiologia integrado ao ensino

médio na própria EPSJV, para jovens e adultos. Ele conta que existe arcabouço legal para isso, já que a Lei nº 9394/1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – permite essa formação integrada. “Desde o início dos anos 2000, muitos técnicos e alunos têm entrado na justiça para conseguirem o direito de fazer o curso técnico em concomitância com o ensino médio, entendendo que a regulamentação não pode ser maior que a LDB. E esses alunos vêm conseguindo vitórias judicialmente”, diz Sérgio.

De acordo com ele, a EPSJV procura agora fazer uma discussão com o Conter e com o Conselho Nacional de Educação (CNE) para que as resoluções do conselho e a regulamentação da profissão sejam revistas.

Problemas na formação

Durante mais de 15 anos, a formação para essa área no Brasil foi oferecida apenas pelo setor privado. Foi só em 1968 que nasceu no Rio de Janeiro o Instituto Estadual de Radiologia e Medicina Nuclear Manoel de Abreu (Iermn) – a primeira instituição pública a oferecer o curso. Isso não significa que a atuação do setor público tenha crescido muito desde então: o próprio Iermn foi extinto em 1984 e, em 2005, segundo dados do Banco de Dados da Educação Profissional em Saúde (BEP Saúde) da EPSJV, apenas seis instituições públicas ofereciam o curso, contra 206 privadas. Sérgio, que fez recentemente um levantamento entre as Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS), conta que nenhuma delas oferece a formação.

A qualidade da formação, segundo José Luiz, deixa a desejar na maior parte dos casos. Em sua dissertação, ele analisou instituições formadoras de quatro municípios do Rio de Janeiro – quatro delas aceitaram participar da pesquisa – e verificou que, embora haja a determinação legal de que o curso técnico tenha 1.200 horas, na prática, isso não é atendido: o curso com

maior carga horária era de apenas 864 horas, que representam 72% do mínimo exigido. As outras instituições tinham situações ainda piores – ofereciam 44%, 48% e 54% da carga horária mínima.

E, segundo o texto, essa não é a única deficiência: “A maior parte das instituições não tem boas bibliotecas, sejam físicas ou virtuais, e os equipamentos para as aulas teórico-práticas são precários. Além disso, o corpo docente também tem problemas, já que nem sempre ele é composto por profissionais com licenciatura”, diz.

Técnicos e tecnólogos

“O processo de formação dos técnicos hoje é deficitário, em geral, porque não dá conta das novas tecnologias, que estão cada vez mais avançadas”, conta Sérgio Ricardo. Ele explica que os cursos hoje dão conta da radiologia básica, que tem pouco a ver com o rumo que a área está tomando. “O problema é que os cursos técnicos acabam não bastando mais: depois de formado, o técnico precisa buscar especializações, como em radioterapia, medicina nuclear e tomografia, para finalmente aprender a trabalhar com os novos equipamentos”, diz.

Isso levou a uma nova situação: em vez de melhorar os cursos técnicos, para suprir a formação profissional, criou-se o curso de tecnólogo em radiografia, de nível superior. “Não acho que seja negativo ter um profissional de nível superior na área – ele poderia estar envolvido com a gestão dos processos e com a própria formação dos técnicos. Mas não é isso que ocorre: o tecnólogo exerce exatamente as funções que o técnico deveria exercer. A deficiência na formação de nível médio está sendo compensada por um novo curso superior, que aborda as novas tecnologias”, diz Sérgio Ricardo, completando: “Criam-se inúmeros problemas. Até em concursos públicos, o tecnólogo e o técnico concorrem exatamente às mesmas vagas, por exercerem as mesmas funções – isso não deveria ocorrer”. ●

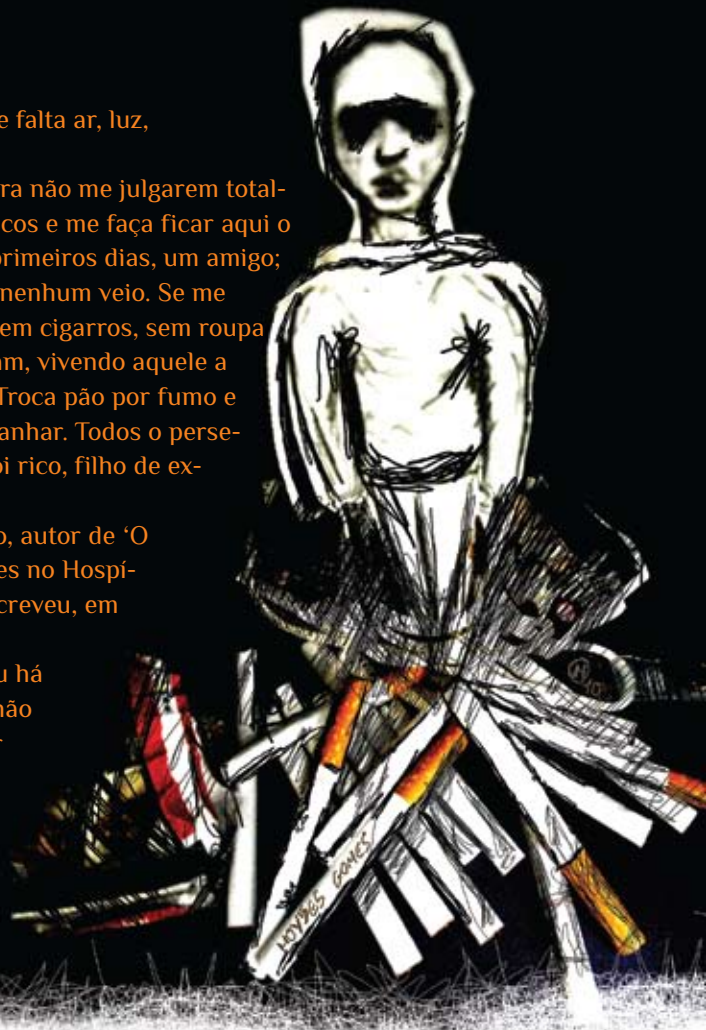
Diário do hospício

“Aborrece-me este Hospício. Eu sou bem tratado; mas me falta ar, luz, liberdade. (...).”

Os outros deliram em redor de mim e, se não choro, é para não me julgarem totalmente louco. Imagino que essa convicção se enraíze nos médicos e me faça ficar aqui o resto da vida. Ainda agora, meu irmão veio visitar-me e, nos primeiros dias, um amigo; mas, dos que me vieram ver, na primeira vez que estive aqui, nenhum veio. Se me demorar mais tempo, ainda, ficarei totalmente abandonado, sem cigarros, sem roupa minha, e ficarei como o Gato e o Ferraz, que aqui envelheceram, vivendo aquele a fazer transações de forma tão cínica, para arranjar cigarros. Troca pão por fumo e furta lápis dos companheiros, para arranjar moeda para barganhar. Todos o perseguem, o maltratam, o chasqueiam, na sua velhice, a ele que foi rico, filho de ex-ministro e senador do Império”.

Sabe de quem é o relato acima? Do escritor Lima Barreto, autor de ‘O triste fim de Policarpo Quaresma’. Ele foi internado duas vezes no Hospício Nacional de Alienados (o antigo Hospício de Pedro II) e escreveu, em ‘Diário do Hospício’, como era seu dia-a-dia na instituição.

Esse foi o primeiro hospício brasileiro: sua criação se deu há 70 anos, em 1841, e ele foi inaugurado em 1852. Os pacientes não eram apenas pessoas com transtornos mentais, mas qualquer um que ‘perturbasse a ordem pública’. Aliás, o próprio Lima Barreto foi internado por conta de problemas com álcool. Hoje, o antigo prédio abriga a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No mesmo campus, está o Instituto Philippe Pinel, responsável por assistência, ensino e pesquisa em saúde mental.



Ó ratoeiro, aqui tem dez ratos!

No início do século passado, a campanha contra a peste bubônica no Rio de Janeiro previa a ‘desratização’ da cidade, e a Diretoria de Saúde Pública decidiu pagar às famílias por cada rato capturado. Como se sabe, logo se constatou que havia gente criando ratos para vender. João do Rio, cronista da cidade, escreveu sobre uma nova ocupação que surgiu na época: os ratoeiros, que ganhavam uns trocados mediando a venda entre as famílias e a Diretoria:

“Ratoeiro não é um cavador – é um negociante. Passeia pela Gamboa, pelas estalagens da Cidade Nova, pelos cortiços e bibocas da parte velha da urbs, vai até ao subúrbio, tocando um cornetinha com a lata na mão. Quando está muito cansado, senta-se na calçada e espera tranqüilamente a freguesia, soprando de espaço a espaço no cornetim.

Não espera muito. Das rótulas há quem os chame; à porta das estalagens afluem mulheres e crianças.

- Ó ratoeiro, aqui tem dez ratos!
- Quanto quer?
- Meia pataca.
- Até logo!
- Mas, ô diabo, olhe que você recebe mais do que isso por um só lá na Higiene.
- E o meu trabalho?
- Uma figa! Eu cá não vou na história de micróbio no pêlo do rato.
- Nem eu. Dou dez tostões por tudo. Serve?”

PRA LEMBRAR

22 de janeiro

Nasceu, em 1897, Antonio Gramsci, co-fundador do Partido Comunista Italiano e uma das maiores referências do pensamento de esquerda, especialmente no campo da educação.

11 de fevereiro

Em 1917, morreu Oswaldo Cruz, diretor-geral da Saúde Pública no início do século XX e coordenador das campanhas de erradicação da febre amarela e da varíola no Rio de Janeiro.

23 de fevereiro

Após um surto de peste bubônica, foi fundado, em 1901, em São Paulo, o Instituto Butantã, responsável por desenvolver pesquisas na área de saúde pública.



CARLOS BERNARDO VAINER

‘No conceito insurgente, cidadania é o exercício permanente do conflito’

Cátia Guimarães

O Brasil inteiro assistiu, em tempo real, pelos principais canais de televisão: o chamado crime organizado ligado ao tráfico de drogas ordenou ataques à cidade do Rio de Janeiro e a secretaria de segurança pública do estado, numa ação coordenada com as forças armadas, respondeu com a invasão do conjunto de favelas de onde, segundo as fontes do governo, partiram os ataques. Esse episódio localizado traz elementos para uma discussão que vai muito além do Rio de Janeiro. Nesta entrevista, Carlos Bernardo Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e um dos coordenadores do Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro, fala sobre como as cidades brasileiras têm seguido o modelo de cidade-empresa, organizada para atrair investimentos. Ele mostra ainda que a proximidade de megaeventos, como a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016, facilitam que se transformem as cidades em territórios de exceção, com flexibilidade de leis para a atuação das empresas. Vainer mostra ainda o lugar que as favelas e outras regiões pobres têm nesse processo e destaca a importância dos conflitos sociais para a vitalidade da cidade.



A ação do chamado crime organizado de incendiar veículos em diversos pontos do Rio de Janeiro, que acabou detonando a invasão do Complexo do Alemão, indica algum uso específico da cidade?

A minha impressão é que essa mensagem era passada não para a cidade, mas para o poder ou para alguns dos seus aparatos repressivos. Eu tenho para mim que os grupos criminosos associados ao tráfico de drogas — porque há outros grupos criminosos: de policiais não-fardados e de policiais fardados — mandaram uma mensagem para a polícia. A mensagem dizia: ‘nós podemos instaurar um clima de confusão e caos também no asfalto e não somente na favela’. Pelo que parece, o governo respondeu o seguinte: ‘No morro vocês podem, no asfalto não’. Ou seja: se vocês se matarem aí entre vocês, pretos e pobres, tudo bem. Mas vir aqui embaixo fazer baderna não pode. E fizeram uma retaliação. A questão é por que facções criminosas associadas ao tráfico de drogas fizeram esse assalto. Eu suspeito que a outra parte, para quem eles mandaram a mensagem, tenha descumprido algum pacto. Agora, o sentimento que a população tem de que isso é por causa da copa do mundo e das olimpíadas mostra uma percepção das pessoas de que esses megaven-

tos criam uma situação excepcional para a cidade. É o que eu venho chamando de cidade de exceção.

O que é cidade de exceção?

A chegada, nos anos 1990, dos modelos competitivos empresariais de cidade, colocou como formato ideal de cidade aquela que é capaz de atrair capitais e turistas. Ou seja, uma cidade que funciona como uma empresa, que opera num mercado internacional de cidades-empresas, também concorrendo umas com as outras para se vender no mercado. Esse modelo chegou ao Rio de Janeiro no primeiro Plano Diretor da cidade, na gestão do prefeito César Maia, com a consultoria catalã — porque Barcelona é considerada um exemplo desse tipo de cidade. O que uma cidade-empresa faz? Ela concorre, por isso tem ser ágil. Como eles dizem, ela tem que aproveitar as oportunidades de negócio. Um plano diretor, que estabelece o que se pode e o que não se pode fazer numa cidade, é um obstáculo a essa flexibilidade, que é condição para se aproveitarem as oportunidades de negócios. Tudo que é regra aparece como obstáculo. Na verdade, o modelo de planejamento é o que, no Banco Mundial, se chama de ‘planejamento amigável ao mercado’ ou ‘planejamento orientado ao mercado’. Não se trata de, como nos anos 1950, 1960, fazer um planejamento porque o mercado gera imperfeições. O mercado passa a ser a melhor forma de organizar a cidade.

O crime e a favela são um obstáculo ao mercado?

Só se chegarem à área mercantil. Se ficarem isolados, não. Tanto que, qual é o problema que o plano estratégico aponta? Não é habitação ou

baixa educação. O problema é que isso [a violência] pode ferir a imagem da cidade. Quando os potenciais compradores de cidade ou o turista veem que sua atividade naquele espaço pode ser ameaçada por isso, se intercede. Mas você não tem que acabar com a pobreza, com a miséria nem dar saneamento para essa população da favela. Tem que garantir que a praia não esteja suja pela falta de saneamento dela; garantir que a violência fique contida num determinado espaço. Mas, qual o problema? Primeiro, o isolamento nunca é total porque, na sociedade capitalista burguesa, as classes perigosas e as classes laboriosas tendem a ocupar os mesmos espaços. Essas são as classes perigosas, por razões diferentes. Porque esse tipo de criminalidade se dá na classe trabalhadora — o que, evidentemente, não quer dizer que os trabalhadores sejam vocacionados para o crime. Então, é preciso criar cordões de isolamento. O problema é: no Rio de Janeiro, esses espaços são muito mais encravados na cidade do que em São Paulo, por exemplo. Portanto, essa contaminação de um espaço por outro é mais possível e provável no Rio. No Estatuto da Cidade [lei 10.257, de 20 de julho de 2001, federal], existe um dispositivo chamado operação urbana, que significa que as regras vigentes podem ser excepcionalizadas numa negociação, por exemplo, pelo direito de construir. Um pesquisador e urbanista francês chamado François Ascher chama isso de urbanismo *ad hoc*. A operação urbana diz que é permitido fazer o que não está permitido em lei. Eu gostaria de conhecer o advogado brilhante que colocou numa lei que ela autoriza a não respeitar a lei. E os megaeventos levam ao extremo essa modalidade: a cidade inteira vira cidade de exceção.

Esse modelo está se expandido para o Brasil todo?

A ideia do urbanismo *ad hoc* está presente. Criou-se uma legislação específica para algumas áreas, como se elas fossem fora da cidade — ali pode-se fazer coisas que não se pode em outros lugares. Nesse caso, o Rio

de Janeiro tem a triste vanguarda no Brasil: sua área portuária foi entregue a um consórcio empresarial que vai governar aquele território, inclusive recolher impostos e reunir ali os serviços públicos ‘privatizados’, como iluminação — é como se fosse um território terceirizado. Com os megaeventos, em vez de isso ser localizado, a cidade inteira vira *ad hoc*. Estão-se implementando novas regras urbanas, realizando remoções de gente que está há décadas morando num lugar e conquistou o direito de morar ali — em Fortaleza, 20 mil pessoas estão sendo deslocadas para se passar uma via. O conjunto das cidades está sendo submetido a uma lei de exceção. No processo de democratização no Brasil, nós lutamos pela descentralização do poder de Estado. Conquistamos, só que o tiro saiu pela culatra. Queríamos democracia direta: temos aí, mas é a democracia do capital. Porque não são necessárias as mediações: partido, parlamento... O capital negocia diretamente com o poder de Estado, nos corredores, fazendo as parcerias público-privadas, que são, na verdade, o exercício conjunto da cidade de exceção e da democracia direta do capital. Dessa forma, são feitos contratos em que as cidades se comportam elas mesmas como empresas públicas: são duas empresas fazendo um acordo empresarial em que, normalmente, como acontece com a maioria das parcerias público-privadas, o custo fica com o público e o lucro com o privado. A cidade de exceção e a democracia direta do capital se transformam em modelo. E é como modelo que elas podem se difundir. No Rio de Janeiro, essa situação tem duas facetas: uma é a democracia direta do capital e a outra é a criminalização da população pobre, que também gera uma cidade de exceção.

A candidata eleita à presidência, Dilma Roussef, elogiou a política de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), como modelo de segurança pública que poderia ser expandida para o país. Isso tem relação com esse modelo de cidade de exceção?

Um ideal de cidade, democrática e justa, não discrimina a população de acordo com sua classe, raça ou local de moradia. A ideia de cidadania supõe uma ideia de igualdade. O fato de se criar um serviço de segurança que diferencia a população é um problema. Quem precisa ser pacificado? Em primeiro lugar, a polícia, que é, inclusive, uma das forças criminais. Isso não pode ser estratégia de governo. No limite, pode ser uma ação emergencial. Estamos falando de 15% a 20% da população urbana brasileira, que é moradora de favelas, loteamentos ilegais etc. Essa população é pacífica, não precisa se pacificada. Aliás, deveria ganhar um pouco mais de combatividade para denunciar mais — embora nós saibamos que tem denunciado, mesmo que não se divulguem as denúncias. Essa população vive uma situação dramática, reprimida pela polícia, pela milícia e pelo tráfico. O que nós queremos é que o Estado de Direito chegue a esses locais. Cabe ao Estado assegurar um conjunto de bens públicos que garantem esse direito. A segurança é um deles. Mas nós queremos que eles tenham a mesma segurança e o mesmo tratamento policial que tem qualquer área de classe média ou alta. Não queremos que eles tenham tratamento especial. Porque o especial é o policial entrar na casa dessas pessoas, sem mandato — porque aí opera também o Estado de exceção — e dar tapa na cara, roubar a televisão... Sobre a questão das UPPS, a coisa é mais delicada. Entre militantes que eu respeito muito, há controvérsias. Há ganhos mas, por outro lado, por exemplo, os bailes funk são proibidos. Funciona um Estado de exceção ali. Isso pode existir como uma situação eventual, mas não pode ser um modelo de organização societária do Estado nas áreas pobres. Porque, assim, o Estado declara que, nessas áreas, as pessoas são menos cidadãs.

É possível uma cidade justa e igualitária no capitalismo?

Justa e igualitária, eu acho que não, porque os fundamentos da injustiça e da desigualdade social são estruturais. Não obstante, mesmo as cidades capi-

talistas brasileiras não têm todas os mesmos níveis de desigualdade. Então, há dimensões que são especificamente urbanas na injustiça e na desigualdade. Um exemplo: não está na estrutura das relações sociais capitalistas que você vá pela Barra da Tijuca [bairro de classe média do Rio de Janeiro], andando por uma estrada asfaltada com uma alameda ajardinada e, quando chega a Rio das Pedras [favela do Rio de Janeiro], a mesma estrada passe a ser esburacada e não tenha mais alameda. Não estou falando da diferença entre as casas em que as pessoas moram; estou falando da estrada, que é uma ação pública que aprofunda a desigualdade na sua dimensão urbana. Ou seja, poderia ter uma estrada, onde as casas dos pobres seriam mais pobres do que as casas dos ricos, mas a rua seria igual. A cidade é uma arena de disputa por determinados recursos locais, paisagísticos, financeiros... A forma como essas disputas têm se resolvido na maioria das cidades brasileiras reitera e aprofunda as desigualdades produzidas pela estrutura social. Quando poderia ser o contrário, como já houve experiências. Por exemplo: em Porto Alegre e em Belém, por determinado período, não se eliminou a desigualdade, porque isso não se vai eliminar na esfera urbana, mas houve redução expressiva, significativa das desigualdades da cidade.

O sr. fala na necessidade de se pensar a cidade na sua diversidade. O que isso significa a partir dessa análise da desigualdade, que a cidade reflete?

Temos que tomar cuidado com a palavra diversidade. Porque há todo um pensamento contemporâneo que, em nome do pluralismo e da diversidade, tenta apagar a existência de classes sociais. E aí a diversidade acaba se tornando álibi para encobrir a desigualdade. É verdade também que esse pensamento opera com um argumento que desafia uma certa tradição da esquerda, tanto intelectual quanto política, que desconheceu outras formas de opressão da

sociedade contemporânea que não o antagonismo entre classe proletária e capitalistas. De fato, as opressões de gênero, étnicas, raciais são formas relevantes que completam o quadro de exploração e dominação da sociedade burguesa, que não se resume nem é inteiramente compreendido e combatido apenas no nível da luta entre capital e trabalho. Então, a primeira ressalva a fazer é a seguinte: a diversidade, a meu ver, numa perspectiva crítica, significa o entendimento das múltiplas formas de dominação e opressão que não se reduzem à tradicional dominação do proletariado pela burguesia. Isso significa que a resistência à dominação capitalista não assume uma única forma. E os grupos sociais envolvidos nessas outras formas de resistência se estruturam como classes ativas no processo social. Aqui estou usando o conceito do Pierre Bourdieu [sociólogo francês] de classe ativa, que não é aquela da estatística, que ele chama de classe no papel, mas sim aquela que socialmente se manifesta na esfera pública. Um proletariado que não luta é uma classe no papel. De repente, tiveram mais vitalidade, por exemplo, na década de 1960, nos Estados Unidos, os grupos negros que lutavam pelos direitos civis, porque eram uma classe ativa. Partindo disso, a diversidade é pensada não no lugar da desigualdade, mas como uma das outras tantas manifestações de desigualdade que a sociedade contemporânea impõe a grupos sociais específicos. Nessa perspectiva, queremos a legitimidade, o reconhecimento da importância da multiplicidade de formas de opressão e de resistência. O desafio é que o reconhecimento dessas múltiplas formas de resistência sejam utilizadas como instrumento de arregimentação para a luta contra as formas vigentes de dominação. Alguns setores da esquerda veem apenas a dimensão negativa disso. Eu diria que temos que operar também na dimensão positiva porque uma multiplicidade de focos de resistência de outros atores sociais aponta para a possibilidade da construção de um bloco subversivo, que vai ser diverso e não unitário. Como isso pode ser vivido na cidade? O desafio é esse.

O sr. costuma dizer que os conflitos são bem-vindos. Por quê?

Há toda uma tradição do pensamento social que vê os conflitos — sociais, coletivos — como manifestações patológicas da sociedade. Portanto, está na moda agora prevenir os conflitos. Isso se associa à ideia de cidade-empresa. Como se sabe, a empresa não é lugar de política e sim de negócios. Marx dizia que na porta das fábricas havia um cartaz dizendo: ‘proibida a entrada a não ser para negócios’. Se a cidade é uma empresa, ela é um lugar em que a política é proibida. Porque a política ameaça a competitividade da cidade. Imagine você querer atrair capitais industriais onde há um sindicato lutando por aumento de salários: vai atrapalhar o negócio. Vamos ser sérios: jogos olímpicos não são sobre esporte, mas sobre negócios; copa do mundo não diz respeito a futebol e sim a negócios; o museu Guggenheim não tem a ver com cultura, mas com negócios. O banimento do conflito é o banimento da política, daí o viés profundamente autoritário dessa construção. Eu e vários outros dizemos o contrário: o conflito é a manifestação da vitalidade do corpo social. Uma cidade sem conflito é uma cidade morta. A Escola de Chicago, dos anos 1920, que mais ou menos lançou a sociologia urbana, dizia que a cidade é algo definido pela dimensão, heterogeneidade e densidade. Ou seja, muita gente junto diferente. Uma cidade que não tem conflito está em uma de duas possibilidades: ou é uma cidade brutalizada por uma violência que impede a manifestação ou é uma cidade onde o autoritarismo foi internalizado por cada cidadão. O conflito é criativo, questiona a cidade, permite que atores sociais se construam. O Thompson [historiador britânico] diz: a classe operária não luta porque existe, existe porque luta. Eu diria a mesma coisa: a cidadania não é um direito ou um patrimônio; ou você a exerce ou ela não é nada. No conceito liberal, cidadania é um conjunto de direitos na sua relação com os outros e com o Estado. No conceito insurgente, cidadania é o exercício permanente do conflito. ●

Seguridade Social: desafios para a construção de sistemas universais

Modelo brasileiro apresenta problemas de funcionamento, mas muitos países sequer possuem o direito à seguridade definido em suas legislações. Conferência mundial em Brasília discutiu o tema

Raquel Torres



A extensão da seguridade a trabalhadores domésticos ou informais é uma das maiores demandas. Na Conferência, houve manifestação de movimentos feministas por esse direito

O que é seguridade social? O que é preciso para oferecer proteção e segurança aos cidadãos? No Brasil, ela foi institucionalizada como direito pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um sistema em que devem estar integradas previdência social, saúde e assistência social. Mas isso não vale para o mundo todo: muitos países não possuem sistemas organizados de seguridade; para alguns, a proteção é quase sinônimo de previdência; outros enfatizam a assistência; e há muita gente que discute se não seria interessante incluir, como itens necessários à seguridade, direitos como alimentação, terra e educação.

México, Índia, Bolívia, Alemanha, Moçambique, Irã, Uruguai, Suíça e Brasil são apenas alguns dos quase cem países que estiveram representados em Brasília, entre 1º e 5 de dezembro, para a 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social. Os mais de mil participantes – que eram tanto representantes da sociedade civil organizada quanto de governos e organismos intergovernamentais – tinham como objetivo sair da Conferência com um rumo a ser seguido para construir uma agenda política mundial comprometida com a implantação de sistemas universais de seguridade.

Para isso, muita coisa teve que ser tratada, e o encontro se organizou em torno de três eixos principais: ‘As razões e oportunidades para a construção de sistemas universais e seus imperativos democráticos e éticos’, ‘Os desafios para alcançar a universalização da seguridade social’ e ‘Os caminhos políticos para a construção dos sistemas universais: a definição da agenda política e as estratégias de comunicação’. Esses grandes temas foram discutidos durante as manhãs, a partir de exposições de especialistas sobre cada um dos eixos gerais. À tarde, os participantes se dividiam para assistir a novos painéis seguidos de debates sobre diversos sub-eixos e, à noite, eram novamente divididos – dessa vez, por regiões, para apresentarem seus problemas específicos, as soluções pensadas em seus países e suas impressões sobre o que havia sido falado e ouvido durante o resto do dia. Daí saíram documentos com as demandas e sugestões de cada região (veja as principais delas na página 20).

Economia e direitos sociais

A relação entre investimentos em direitos sociais e economia foi mencionada o tempo todo durante a Conferência: buscou-se mostrar que o pensamento neoliberal segundo o qual é necessário fazer cortes sociais para

estabilizar a economia não se sustenta e apontar que o investimento em áreas sociais tem impulsionado o desenvolvimento econômico das nações. Os delegados acreditam que o viés econômico pode inclusive servir como argumento para convencer governos mais conservadores a investir nas áreas sociais.

O tom foi dado já na solenidade de abertura, quando se enfatizou que, na crise internacional que estourou em 2009, saíram-se melhor os países que tinham sistemas de seguridade mais ou menos estruturados. “Se algo era preciso para mostrar a falência do neoliberalismo, a crise mostrou isso. Em muitos países, governos e forças hegemônicas, em vez de tirarem uma lição da crise, continuam apontando soluções que retrocedem. Essa é uma armadilha que se precisa evitar, pois pode enfraquecer o sistema de proteção justamente quando as pessoas estão mais vulneráveis. É a política, e não a economia, que dá as melhores respostas para a crise”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, que representou o presidente Lula.

Ainda na abertura, a indiana Kardi Duppa, representante da sociedade civil internacional, lembrou que não faz sentido esperar que venha primeiro o crescimento econômico para depois investir na população, já que isso, na prática, não acontece. “A Índia é um grande exemplo disso. É um país de economia crescente, mas uma das nações com o maior número de pobres, famintos e analfabetos. Tem um grande desenvolvimento nas ciências médicas, mas milhares ainda morrem de doenças simples e de desnutrição”, disse.

A tônica era de não mais subordinar os direitos sociais à economia, mas fazer o oposto: construir um modelo de desenvolvimento econômico que pudesse atender à área social. Mas representantes de alguns países, especialmente do

continente africano, se mostraram preocupados em relação à implantação de sistemas de seguridade em regiões com recursos financeiros realmente limitados. “Dar às pessoas saúde, pensões, alimentação, educação, habitação e outros direitos é o que desejamos. Mas como isso será financiado? Vimos aqui que, quando se investe em seguridade social, isso estimula a economia. Mas em que nível de investimento se tem esse efeito multiplicador? Será que países mais pobres, investindo muito pouco em seguridade, terão um bom retorno, tanto social quanto econômico? Ou deveremos recorrer a empréstimos de longo prazo para isso?”, questionou um delegado do Quênia.

A cooperação internacional apareceu como uma boa saída em algumas das rodas de discussão. O representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Jesus Garcia Jimenez, da Espanha, alertou, no entanto, para o perigo de transformar essa cooperação em problemas. “Parece que agora a dívida externa veste a camisa da cooperação internacional, mas não é a mesma coisa. Talvez eu perca meu emprego por dizer isso, mas, com políticas que se apóiam no Banco Mundial, vejo duas coisas: dívida externa e perda de soberania dos povos – além de o país perder a oportunidade de aplicar uma reforma fiscal que crie sustentabilidade no seu sistema de seguridade”, disse, completando: “Vê-se muito uma ‘cooperação’ marcada pela lógica do domínio econômico. Na União Europeia, os povos estão perdendo soberania a partir das condições de ajuste fiscal impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Eles estão recebendo o mesmo que receberam para a América Latina nos anos 1980. E isso para nós, europeus, que acreditávamos estar acima disso tudo. Devemos ter cuidado e uma reflexão profunda sobre como financiar a partir de cooperações solidárias, e não destruidoras”, alertou.

Redistribuição global

A painelistas Rene Loewenson, do Centro de Apoio à Pesquisa do Zimbábue, também abordou a questão. De acordo com ela, a maior parte dos países considerados pobres são na verdade ricos, mas de população inquestionavelmente pobre, com grande desigualdade social. “Mas a desigualdade não é apenas da nossa economia: é global”, disse Rene. Para ela, a discussão das políticas universais é um desafio direto a esse nível de desigualdade, na medida em que estabelece uma plataforma de direitos que torna essa disparidade inaceitável no nível nacional e global. “E isso não será resolvido a não ser que distribuamos os recursos sociais”, afirmou.

A pesquisadora também citou os malefícios do Banco Mundial e do FMI para os países africanos, e disse ainda que a injustiça no comércio global hoje precisa ser revista: muitos dos países agrícolas têm sua produtividade aumentando enquanto o preço dos produtos vendidos está caindo, o que traz implicações para a renda básica, para a seguridade social e para o salário mínimo. “Como garantir esses direitos quando ganhamos cada vez menos pelo que produzimos na economia global? Os valores passaram para processos fora do nosso controle”, ressaltou. Ela disse ainda que as políticas de liberalização entraram muito rapidamente na forma de atividade econômica africana, descrevendo um padrão que pode também ser observado em outras regiões: “Produzimos o que não consumimos e importamos o que consumimos. Destruímos a produção doméstica, importando até mesmo alimentos. Agora temos uma crise alimentar grave e reconhecemos esse problema”.

Rene afirmou que o problema a ser resolvido não é meramente técnico, mas político. De acordo com ela, a solução passa pela inclusão de



Ministro Luiz Dulci, na abertura da Conferência

direitos sociais nas constituições das nações, mas isso não é suficiente: “As políticas através dos anos têm levado a África – e não só a África – a uma grande perda de recursos da nossa economia para economias de alta renda. Somos exportadores de riquezas. Será que é possível resolver essas questões domesticamente, apenas dentro de cada nação? Penso que a África é uma razão para observarmos com cuidado a economia mundial. Precisamos de sistemas redistributivos não apenas dentro de cada país, mas em escala global: sistemas que, de alguma forma, tragam de volta o dinheiro que saiu do sul para os países de alta renda”, defendeu.

Qual seguridade?

Só que não adianta decidir que se vai investir dinheiro nem definir de onde tirá-lo sem saber exatamente o que se quer fazer. Luciana Jaccoud, representante do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), do Brasil, explicou que cada país tem respondido a objetivos diferentes quando se trata de seguridade: “Há sistemas que visam a combater a pobreza, oferecendo proteção aos mais pobres por meio de mínimos sociais, ou seja, patamares que impeçam a consolidação da pobreza extrema. Esse é um objetivo distinto do de modelos que pretendem proteger trabalhadores quando eles estão impedidos de trabalhar, como na velhice, doença ou invalidez. Diferente ainda é o objetivo de quem quer consolidar padrões de igualdade a partir da cidadania. Cada uma dessas interpretações gera modelos que oferecem níveis distintos de proteção e colocam demandas diferentes ao Estado”, exemplificou.

Assim, há conceitos diferentes de seguridade. A brasileira, por exemplo, não é exatamente acessível a todos: no que diz respeito à previdência, qualquer um pode se inscrever e contribuir, mas só tem direito aos benefícios quem contribui (exceto no caso dos trabalhadores rurais, que podem receber benefícios comprovando tempo de serviço). Isso faz parte do modelo bismarkiano, que surgiu na Alemanha e é muito usado na América Latina. “A oferta de serviços é limitada e o sistema se baseia em uma estrutura de seguro social, em que trabalhadores e empresas contribuem para fundos públicos e a principal oferta de proteção se dá a partir do acesso à renda”, afirmou Luciana. As contribuições dos trabalhadores não precisam ser a única fonte de recursos nesse tipo de sistema: no caso da previdência brasileira, por exemplo, elas coexistem com tributos específicos (para saber mais, leia a edição nº 14 da revista Poli).

Ela explicou ainda que o modelo social-democrata, usado largamente na Europa, é estruturado a partir de um Estado forte que atua como ator principal: “Nesses sistemas, baseados em impostos, o acesso à renda não é o pilar central: eles operam principalmente com amplas estruturas de serviços sociais”. O esquema que os Estados Unidos estão usando para ampliar o acesso de sua população à saúde já é diferente: ele prevê uma atuação muito mais intensa das seguradoras privadas – modelo amplamente rechaçado pela maioria dos participantes, que acreditam ser o Estado quem deve garantir prioritariamente esses direitos.

A professora Sonia Fleury, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, mencionou três reformas recentes da América Latina – a do Chile, a do Brasil e a da Colômbia – para que os delegados refletissem sobre os sistemas desejados. “A reforma chilena, feita ainda durante a ditadura, teve como princípio tornar o mercado o lugar da proteção e o Estado subsidiário do mercado. Foi transferida ao mercado a função de garantir aposentadorias, pensões, saúde. Nesse modelo liberal, implantado por Augusto Pinochet, caberia ao Estado focalizar apenas a população pobre. O ‘problema’ é que os pobres na América Latina não são o foco, mas a maioria. E mesmo a população rica acaba usando o Estado em situações que não dão lucro ao mercado, como no caso de idosos e pessoas com doenças crônicas. Ou seja: o mercado fica com a parte ‘nobre’, com o lucro, enquanto o Estado arca com ‘o resto’”, disse.

O modelo brasileiro representou, segundo a professora, um projeto generoso de proteção. “Só que o sistema começou a ser implementado em condições completamente adversas. Estávamos em crise econômica, com recursos escassos, dívidas altas e a primazia da macroeconomia sobre a ordem social.

Houve uma deterioração de vários serviços públicos e alta expulsão da classe média para o mercado. O sistema, que era para ser universal, passou a conviver com um poderoso sistema privado, em parte subsidiado pelo próprio Estado, que o patrocina. É um sistema perverso, que tem inúmeros fluxos de relação entre o público e o privado, sempre favorecendo o mercado”, afirmou Sonia.

Já na Colômbia, nos anos 1990, optou-se por resolver a questão por meio de um sistema de seguro diferente do tradicional: trata-se de uma política pública de contribuição compulsória, mas totalmente provida por seguradoras privadas. A professora apontou uma grande similaridade entre os sistemas: “Conseguimos perverter todos os modelos de reforma – seja os já criados com a ideia de fragmentação, seja o universal – em sistemas segmentados, que reproduzem as desigualdades das nossas sociedades”, disse.

Ela apontou a necessidade de refletir sobre como enfrentar isso: para Sonia, já se descobriram mecanismos para diminuir a pobreza, como as políticas condicionadas de transferência de renda, mas isso não é suficiente. “Com esses mecanismos, é possível diminuir o número de pessoas pobres e extremamente pobres, mas, na proteção social, elas continuarão tendo serviços de segunda categoria em relação às classes altas. Não temos conseguido atacar o grande problema. Estou convencida de que só fortalecendo os sistemas universais será possível combater a desigualdade. O resto serão sempre apenas medidas de combate à pobreza”, concluiu.

Qual universalidade?

É também preciso ter atenção e pensar que tipo de universalidade se está buscando: por mais estranho que possa parecer, ela não significa necessariamente uma ampliação

dos direitos. “A crise dos anos 1990 acabou promovendo o olhar liberal da seguridade social e a adoção de um Estado mínimo por muitos países – restringindo direitos –, mas isso nem sempre veio acompanhado de um constrangimento da universalização. A ideia de focalizar as políticas nos segmentos necessários gerou forte reação, o que levou à seguinte resposta: ‘Então, não vamos focalizar, mas universalizar a partir de mínimos. Teremos patamares mínimos que assegurem a garantia de respostas para todos a certas necessidades, mas só a essas necessidades’. Nesta Conferência, precisamos deixar claro que queremos uma universalidade que não seja ancorada nesses mínimos”, ressaltou Luciana Jaccoub.

Armando de Negri, do Movimento de Saúde dos Povos, disse em um dos painéis que o desafio é interpretar a seguridade a partir de uma interpretação política dos direitos humanos. “Essa interpretação não nos fala de direitos fracionados, mas de direitos que dependem de uma interação. Portanto, nossa agenda de reivindicações tem que ser sempre compartilhada. O direito à saúde não pode ser desconectado do direito à previdência, por exemplo. Mesmo que cada um de nós seja especialista em alguma área, a luta é conjunta. E essa compreensão articulada dos direitos humanos permite que avancemos em direção a uma resposta também articulada. Se trabalharmos fracionadamente, ao contrário, o resultado é a perda política da nossa intervenção”, observou, lembrando que mesmo no Brasil, em que a seguridade foi pensada como a integração entre saúde, assistência e previdência, ela está organizada de forma fragmentada, sem que os ministérios atuem realmente juntos.

Quanto à cobertura populacional, um posicionamento quase unânime entre os delegados é o de que os sistemas de seguridades não devem ser baseados apenas na contribuição dos beneficiários, espe-

cialmente diante do alto índice de trabalhadores informais ou desempregados em muitos países, que ficam excluídos da proteção social. Foi dito que, embora seja importante haver medidas para garantir o aumento do trabalho formal, é preciso que também se ofereça cobertura a trabalhadores rurais e domésticos, por exemplo.

A proposta é que os sistemas sejam financiados também por impostos e que sejam pensadas reformas tributárias para que a parte mais rica das populações realmente ‘cubra’ a mais pobre. Sonia Fleury disse que, nesse sentido, é preciso reelaborar, em sociedades cada vez mais complexas, a noção de solidariedade. “É a primazia do social, da solidariedade e do princípio de justiça sobre as demais relações”, disse.

A professora Aldaíza Sposati, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, observou que não deve haver universalidade somente do ponto de vista do acesso, mas também em relação à equidade das respostas. “Apesar de a condição igualitária ao acesso ser uma questão fundamental, sistemas universais não podem se basear meramente na homogeneidade, porque as necessidades das pessoas são diversas, especialmente em contextos de desigualdade. Não podemos ter um sistema em que, mesmo após receber atenção, o sujeito esteja ainda numa condição inferior ao que seria um patamar de dignidade”, defendeu.

Ela citou o exemplo do Bolsa Família, no Brasil: “Aqui, o teto básico para a entrada no programa é uma renda familiar de R\$ 70 per capita. Há famílias que estão tão abaixo desse teto (que já é baixo) que, mesmo depois do benefício, continuam não o alcançando”. Para a professora, não se pode tratar a assistência social como assistencialismo. Isso porque, ao transformar as pessoas em necessitados, não se leva em conta a cidadania – é como se a assistência fosse não



Representantes de quase cem países discutiram a construção ou a ampliação de seus sistemas de seguridade

um direito, mas uma ‘ajuda’, da qual não se pode reclamar. “A fragmentação da atenção às crianças pelas políticas sociais nos permite mostrar o seguinte: o Bolsa Família transfere em média, por mês, R\$ 22 por cada criança dessas famílias, até que elas completem

14 anos. Ao mesmo tempo, pais com renda suficiente para pagarem impostos recebem isenção de R\$ 150 por filho, e isso até os 24 anos. Se não olharmos as políticas de isenção junto com as de benefício – entendendo que elas também são formas indiretas de

benefício por parte do Estado –, não vamos enxergar que os filhos de famílias mais ricas são ainda mais financiados pelo Estado que os de famílias precarizadas. É preciso pensar em acesso a direitos e dignidade, e não em ‘ajuda’”, refletiu a professora. ●

Resultados dos debates: as principais sugestões de cada região

ÁSIA

- Participação da sociedade civil na elaboração dos sistemas
- Criação de sistemas compatíveis com as resoluções da ONU
- Reformas tributárias
- Trabalho em rede dentro das nações e entre nações
- Defesa de sistemas públicos
- Garantia dos direitos nas constituições federais

AMÉRICA DO SUL

- Universalidade do sistema, sem caráter contributivo
- Garantia de trabalho, educação, habitação, terra, saúde, previdência social e proteção a riscos trabalhistas
- Reformas tributárias
- Fortalecimento do controle social
- Convocação de conferências nacionais
- Desenvolvimento de observatório regional da seguridade social universal

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

- Ratificação do Convênio 102 da OIT, que trata de padrões mínimos de seguridade social
- Realização de campanhas de conscientização dirigidas a camponeses
- Aproximação com os meios de comunicação para difundir demandas
- Democratização das instituições com ampliação da participação social

ÁFRICA DO NORTE, ORIENTE MÉDIO E GOLFO PÉRSICO

- Definição de fontes de financiamento além das contribuições dos segurados
- Garantia dos direitos nas constituições federais
- Participação da sociedade civil na elaboração dos sistemas

- Definição da próxima década como período de universalização da seguridade
- Elaboração de políticas de incentivo à formalização do trabalho

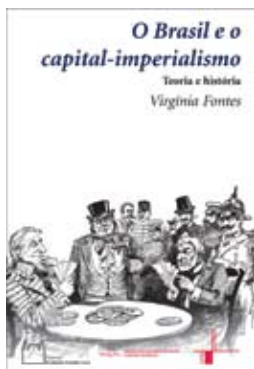
EUROPA

- Cobertura universal e equitativa
- Manutenção dos níveis já alcançados
- Financiamento dos sistemas principalmente por recursos públicos
- Integração entre governo, parceiros sociais e sociedade civil

ÁFRICA SUBSAARIANA

- Garantia dos direitos nas constituições federais
- Mobilização, no nível regional e internacional, de governos, sindicatos, sociedade civil, empregadores e academia para elaboração dos sistemas
- Envolvimento com a comunidade global para mostrar que a seguridade não é uma obrigação apenas nacional, mas global
- Busca da reorganização da economia mundial.

O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história



Certos temas são fundamentais para uma reflexão de esquerda em nossos tempos: as formas contemporâneas do modo de produção capitalista, o sistema internacional da dominação do capital, a dinâmica da luta de classes atual, as manifestações do inconformismo e do amoldamento da classe trabalhadora, a questão da democracia. Virgínia Fontes nos apresenta uma rica reflexão na qual articula todas estas dimensões na perspectiva de uma totalidade econômico-política daquilo que denomina ‘capital-imperialismo’.

A originalidade deste estudo — que é o culminar de uma extensa pesquisa e fruto do longo amadurecer de um debate que parte das reflexões acadêmicas da autora, mas que se tempera no profícuo debate político com a militância e resistência da classe trabalhadora diante das manifestações inquietantes de ‘apassivamento’ da rebeldia que marcou os anos 1970 e 1980 — consiste no paciente trabalho de articular as dimensões da determinação econômica próprias da essencialidade do capital e de seu irresistível processo de valorização do valor, com as diversas manifestações que passam a incidir em todo o tecido da vida social, cultural, ideológica e política da sociabilidade subsumida ao capital.

Para quem espera um mero atualizar do caráter imperialista da forma contemporânea do capital, um eterno repetir de si mesmo como fase terminal e parasitária do capitalismo, a análise de Fontes surpreende com argumentos que nos mostram que os elementos essenciais deste momento do modo de produção capitalista, tal como anunciados por Lênin em seu famoso trabalho sobre o tema, estão sim mais atuais que nunca, tais como a concentração e centralização de capitais, a fusão do capital industrial com o capital bancário formando o capital financeiro, a exportação de capitais e a subsequente partilha e repartilha constante do globo, primeiro entre os monopólios e depois entre as nações que os representam; no entanto, não basta reafirmar a máxima manifestação destes fatores, mas afirmar que, em um determinado ponto, seu desenvolvimento aponta para uma nova fase contemporânea, que seria o capital-imperialismo.

O grau de concentração e centralização, o esquadrinhar do globo pelos monopólios e o ápice do processo de valorização e de consequente crise do capital, potencializando a formação do capital portador de juros, criou um cenário no qual a exportação de capitais e a sua constante valorização se dão necessariamente em uma teia internacional de relações, num sistema mundial de Estados que são obrigados a pensar suas formas de dominação a partir desta internacionalização, formando o capital-imperialismo. O essencial no conceito apresentado é a possibilidade de compreender o fenômeno não apenas como uma dominação de um centro sobre uma periferia, mas como uma relação na qual é possível que a subordinação das economias de ‘capitalismo tardio’ não impeça o protagonismo de países nas diferentes frentes de valorização do capital-imperialismo.

É bom que se destaque que aquilo que se internacionaliza ainda é o modo de produção capitalista e isso é essencial, pois a autora, com qualidade teórica, sustenta sua análise da forma atual do capitalismo nos fundamentos da crítica da econômica política e na centralidade do trabalho e da lei do valor, configurando uma valiosa trincheira contra as versões

que se popularizaram fundadas na afirmação de uma contemporaneidade ‘pós-industrial’, ‘pós-capitalista’, ou qualquer outra metafísica que busca obscurecer os reais fundamentos da exploração do trabalho como base real do ciclo do capital total.

Nesse sentido, Fontes recusa as saídas fáceis dos termos como ‘financeirização’ ou ‘globalização’, resgatando não apenas o fundamento capitalista da forma presente como o imperialismo como base para compreender as feições da dominação do capital em nossos tempos. Como já confessou o próprio Galbraith: “Globalização não é um conceito sério. Nós, americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países”.

Entretanto, o esforço da autora não se restringe a validar tais fundamentos: vai além. Ainda que as bases econômicas sejam essenciais, recupera a mais cara tradição da renovação dialética do marxismo, ou seja, a perspectiva da totalidade. Seria aqui, talvez, a nota distintiva de originalidade do trabalho. O capital-imperialismo não é apenas uma expressão da forma atual da dominação dos monopólios e da partilha do mundo, formando áreas de exportação de capitais, mas um sistema que tem que equacionar os meios e formas de dominação e ‘consentimento’, em outras palavras, no conjunto dos meios políticos, ideológicos e culturais através dos quais a burguesia monopolista enfrenta seu antípoda — os trabalhadores —, com a intenção de subordiná-los à lógica hegemônica do capital.

Assim é que não nos surpreende, ao lado de Lênin, a presença de Gramsci. Os dois pensadores marxistas buscam compreender suas formações sociais específicas no contexto de um capitalismo mundial que envolve em seu

processo de desenvolvimento as nações ‘retardatárias’, assim como se defrontam com as manifestações de um ‘apassivamento’ reformista da classe trabalhadora. Desta forma, o fenômeno do imperialismo se mescla com o processo político de busca de estratégias de impor uma hegemonia burguesa que desarme os trabalhadores de sua necessária independência de classe no sentido de um projeto societário para além do capital.

Ora, as formas econômicas e políticas da dominação da burguesia monopolista se aprofundaram e alteraram sensivelmente após a segunda grande guerra, da mesma forma que o gigantismo da valorização do valor exigiu formas políticas capazes de administrar as contratendências à tendência à queda da taxa de lucro, entre elas a formação do capital portador de juros, e desarmar os trabalhadores, levando a um papel diferenciado do Estado burguês, seja na versão clássica do pacto social-democrata, no *Welfare State*, seja nas ditaduras na América Latina e Ásia. No bojo das novas e necessárias formas de dominação/consentimento, a questão da democracia representativa passa a ocupar lugar central nas formas de amoldamento do proletariado aos limites da ordem do capital.

É a partir deste enquadre teórico e conceitual que a autora olha para a formação social brasileira de maneira provocativa, polêmica e, por isso mesmo, instigante. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro não pode mais ser analisado com os precários meios conceituais do ‘desenvolvimento’ ou ‘subdesenvolvimento’, ou da ‘dependência’, uma vez que tal análise acaba deformando o fenômeno imperialista como uma mera dominação ‘externa’, abrindo espaço para a concepção de uma ‘burguesia nacional’ ou estratégias de desenvolvimento capitalista fundadas no pacto social entre dominados e dominadores.

O capitalismo brasileiro não apenas fez seu percurso até o capital monopolista, concentrou e centralizou seus capitais, desenvolveu as instituições de uma sociedade civil burguesa e de um Estado burguês que completa sua transição até uma ‘democracia representativa’, como o fez integrando-se dinamicamente na ordem internacional do capital-imperialismo. Sua subalternidade incontestada diante do centro irradiador e determinante do sistema não impede — pelo contrário, impõe — um papel ativo e diferenciado daquelas formações sociais que se convertem em ‘plataformas de expansão’ do capital-imperialismo.

É evidente que a autora não nega as diferenças que marcam a subalternidade (o peso e o tamanho comparativo dos monopólios nacionais em relação aos do centro, a dimensão militar irrelevante das Forças Armadas etc.), mas isso não pode ofuscar a percepção do peso econômico dos monopólios, sua presença no cenário internacional e mesmo seu caráter evidente de exportador de capitais não apenas no cenário latino-americano como em outras partes do globo.

O Brasil, como parte ativa do sistema do capital-imperialismo, exigia um equacionamento da luta de classes, neutralizando a pressão dos ‘de baixo’. São vistos como unidade o papel de plataforma do capital-imperialismo e o desfecho da luta de classes no Brasil em uma forma pactuada de transformismo e apassivamento da rebeldia proletária, expressa de forma didática pela trajetória que leva da contestação ao amoldamento das organizações inicialmente contra-hegemônicas, como a CUT e o PT.

Por tudo isso, o livro de Virgínia Fontes torna-se uma referência para o debate da esquerda brasileira e daqueles que não abandonaram a perspectiva de ruptura com a ordem do capital. Mais do que uma conclusão definitiva, o livro é um profícuo ponto de partida para uma análise necessária.

O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Virgínia Fontes. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 388 p. - 2ª edição

Mauro Luis Iasi, professor-adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, membro do conselho editorial da Editora Expressão Popular.



Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história
Carlos Fidelis Ponte e Ialê Falleiros
(orgs)
Editora Fiocruz, 2010, 337p.



O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)
Sonia Regina de Mendonça
Editora UFRJ, 2010, 299p



O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro
João Márcio Mendes Pereira
Civilização Brasileira, 2010, 504p

AGROECOLOGIA

Talvez a primeira imagem que passe pela cabeça de muita gente quando ouve o termo ‘agroecologia’ seja a de alimentos orgânicos, isto é, produzidos sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos ou mudanças genéticas, para evitar danos à saúde de quem os consome e à natureza. O que nem todo mundo sabe é que os princípios da agroecologia vão muito além disso. “A agroecologia não é nem mesmo um ‘tipo’ ou ‘modelo’ de agricultura alternativa: ela é uma ciência”, afirma Francisco Caporal, presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). De acordo com ele, essa ciência busca oferecer princípios, conceitos e metodologias para fazer a transição dos atuais modelos de agricultura para modelos mais sustentáveis, não apenas na dimensão ecológica e na econômica, mas também nas dimensões sociais, culturais e políticas.

Revolução verde

O conceito de agroecologia é relativamente novo – de acordo com Denis Monteiro, secretário-executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ele começou a ser mais utilizado e debatido entre as décadas de 1970 e 1980. No entanto, embora a palavra seja recente, as práticas que acabam resultando do emprego da agroecologia são bem antigas – foi justamente no estudo dessas práticas que nasceu essa ciência: “A agroecologia se relaciona a esses conhecimentos e práticas. Afinal, durante a maior parte da história da agricultura, por milhares de anos, a produção era feita sem insumos sintéticos, respeitando os ciclos da natureza”, afirma Denis.

Ele conta que, no século passado – especialmente após as guerras mundiais –, a agricultura começou a se artificializar de forma cada vez mais rápida e intensa. “Máquinas desenvolvidas nos esforços das guerras foram adaptadas para a agricultura; venenos usados como armas químicas foram ajustados para combater pragas e doenças das plantas. As sementes passaram a ser desenvolvidas por empresas e hoje se usam **sementes híbridas**, transgênicas. A fertilização dos solos também passou a depender de insumos químicos. Com isso, parte do controle do processo passou dos agricultores para algumas empresas. A introdução desse ‘pacote tecnológico’ caracteriza o que chamamos de ‘revolução verde’, que se intensificou no Brasil a partir da segunda metade do século passado”, explica, completando: “Além da degradação ambiental, esse modelo gerou também um processo de expulsão das populações do meio rural. Conforme ele foi se aprofundando em diversos países, os impactos foram sentidos e começaram a ser pensadas alternativas”.

Sustentabilidade

O documento ‘Agroecologia – conceitos e princípios’, do MDA, explica que a agricultura sustentável atende a oito critérios: a baixa dependência de insumos comerciais; o uso de recursos renováveis localmente acessíveis; a utilização dos impactos benéficos do meio ambiente local; a tolerância em relação às condições ambientais locais, em vez da alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; a manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; a preservação da diversidade biológica e cultural; a utilização do conhecimento e da cultura das populações locais; e a produção

de mercadorias também para o consumo interno, e não apenas para a exportação. E ele diz ainda: “esta agricultura deve atender a requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável”.

Nesse sentido, não é difícil avaliar que os princípios da agroecologia estão na contramão do modelo produtivo adotado atualmente no Brasil, baseado no agronegócio. “Os sistemas são tão mais sustentáveis quanto mais biodiversos. Os monocultivos, largamente utilizados na produção brasileira, são, por definição, insustentáveis. Além disso, do ponto de vista social, a agroecologia também se propôs a assegurar o acesso à terra – e, aqui, temos uma das maiores concentrações de posse de terra do mundo”, lembra Caporal.

Por isso, de acordo com Denis o conceito de agroecologia foi incorporado por movimentos sociais na luta por direitos: “O modelo do agronegócio artificializa a natureza, degrada o ambiente, explora o trabalhador e não está preocupado com a produção de alimentos e bens para servir à sociedade, mas com a geração de lucro. A agroecologia questiona esse modelo de desenvolvimento e aponta propostas para a construção de outro. Assim, ela

São produzidas a partir da polinização cruzada de plantas, para ter as melhores características de ambas. Apenas a primeira geração serve para o plantio, o que significa que os produtores precisam comprar sempre novas sementes.

propõe a agricultura familiar como aquela que é capaz de responder aos desafios da sociedade hoje: a crise ecológica, a crise social de esvaziamento do campo, de desvalorização dos pequenos produtores”, enfatiza.

É por isso que, de acordo com Paulo Alentejano, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), a agroecologia não se encerra apenas na dimensão da produção: “Os princípios da agroecologia nos fazem vê-la como uma direção para uma agricultura não capitalista – embora experiências agroecológicas sobrevivam hoje, a duras penas e contraditoriamente, dentro desse modelo econômico. Acredito que o movimento pelas bases da agroecologia faz parte da luta por uma transformação de ordem maior – do modelo de sociedade em que vivemos”, diz.

Agricultura orgânica e agroecologia

A agroecologia se opõe ao modelo do agronegócio. Mas será que isso significa que esse negócio não pode se tornar mais ‘verde’, com práticas menos destrutivas ao meio ambiente e à saúde? Na verdade, ele pode, e isso já está acontecendo: existe um nicho de mercado voltado para a produção de alimentos orgânicos nos moldes do agronegócio – em grandes propriedades, com exploração do trabalho, com **monocultivo** e tendo o lucro como principal motivação. De acordo com Denis, esses são os chamados ‘negócios verdes’, ou ‘negócios sustentáveis’, que encontraram uma boa oportunidade de mercado. “Há uma classe média alta que aceita pagar um valor maior por um alimento mais saudável, e essa produção consegue espaço na lógica do agronegócio”, explica Paulo. Convencer esse ‘nicho de mercado’ de que há outros elementos importantes além da busca por uma ‘vida saudável’ talvez seja uma estratégia importante para conseguir implementar amplamente os demais princípios da agroecologia. De acordo com o professor, é preciso, para isso, discutir amplamente as relações de produção e de trabalho envolvidas no processo. “Em relação a isso há algumas experiências interessantes, no Brasil, como a Rede Ecológica, que procura fazer uma aproximação entre os consumidores das cidades e os produtores do campo. Isso leva a uma compreensão maior do processo e à discussão de elementos como a exploração do trabalho, que o agronegócio verde pode apresentar”, diz Paulo.

Experiências no Brasil

De acordo com Caporal, não há dados estatísticos oficiais sobre os processos de produção agroecológicos no país, mas ele acredita que o desenvolvimento do estudo e das práticas pode ser observado tanto nos congressos e seminários – já foram realizados nacionalmente dois encontros e seis congressos de agroecologia –, quanto na quantidade de cursos formais na área. “Hoje, há mais de cem cursos, de nível médio e superior, espalhados pelo país, e temos 90 núcleos de agroecologia nas universidades e institutos federais. É uma ciência que vem se consolidando, ganhando espaço no campo científico, e também nas práticas e na vida dos agricultores”, afirma.

E, segundo Denis, há iniciativas importantes por parte do poder público que devem ser valorizadas e ampliadas: “As políticas de habitação rural, de estradas, escolas e postos de saúde – enfim, todas as políticas que valorizem as comunidades rurais – são importantes. Sem ter uma agricultura familiar forte, com pessoas vivendo no campo com qualidade, não é possível avançar. E há também políticas mais diretas de fortalecimento da agroecologia, como as que viabilizam o acesso aos mercados institucionais por parte dos agricultores familiares”, diz, referindo-se ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que garantem a compra de parte da produção familiar pelos governos. Denis afirma que esses programas atingem a um conjunto bastante expressivo de agricultores, mas precisam ser ampliados.

No entanto, ele aponta que, apesar dos avanços, a maior parte das políticas ainda é direcionada para o agronegócio. “Isso não é apenas no Brasil, mas em todo o mundo. As estruturas públicas de crédito, assistência técnica, as estradas, os portos, tudo é montado para favorecer a agricultura de exportação no modelo agroquímico”, critica. Para ele, um dos maiores problemas diz respeito ao financiamento da produção, por meio do crédito rural. “Esse crédito foi e ainda é uma das principais ferramentas de inserção da agricultura familiar no modelo convencional, não-agroecológico, já que o crédito em geral financia sementes híbridas, monocultivo, fertilizantes industriais, agrotóxicos”, diz.

Ele explica que isso ocorre por algumas razões: “Existe um manual de crédito rural que define a aplicação dos recursos. Mas, muitas vezes, quem constrói os projetos são equipes técnicas de empresas públicas de assistência técnica, que nem sempre o fazem de acordo com os princípios agroecológicos. Além disso, o crédito precisa ser aprovado pelos bancos, que muitas vezes não aprovam projetos de transição agroecológica – aprovam projetos direcionados a uma única cultura, com a utilização de pacotes tecnológicos”. Para Denis, as exceções a isso – os projetos agroecológicos que conseguem financiamento ou até histórias de agricultores que têm boas experiências com investimentos próprios – devem ganhar visibilidade para mostrar que são bons exemplos: “Assim, consegue-se mudar uma essa cultura de que a agroecologia não é viável economicamente, que os agricultores não vão conseguir recursos se não for para usar os insumos chamados ‘modernos’. É preciso fazer um trabalho amplo nesse sentido”, defende. ●

Com o monocultivo, o solo empobrecido não consegue ter seus recursos repostos em tempo hábil para vários ciclos. Com o tempo, o solo se torna menos fértil.